

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 80/1995	Ver. WADIH MUTRAN (PP)	Votação			
OBRIGA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER DESCONTO DE 1% DO IPTU (IMPOSTO PREDIAL) PARA CADA METRO QUADRADO DE JARDIM, QUE FOR CONSTRUÍDO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Vistas concedidas ao Ver. Paulo Fiorilo em 22/10/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 5 (cinco) sessões em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

ASSUNTO: obriga o Poder Executivo a conceder desconto de 1% do IPTU para cada metro quadrado de jardim que for construído pelos proprietários de imóveis do Município de São Paulo, sendo que a área construída dos jardins deverá ter no mínimo 5 metros quadrados, e o desconto máximo concedido será de 10% do valor do IPTU por imóvel. O projeto prevê que serão enquadrados no desconto de que trata a proposição todos os proprietários de imóveis que construírem calçadas com lajotas de cimentos contendo divisões para o plantio de grama.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa. (fls. 47/48). Houve parecer pela ilegalidade emitido em 1995 (fls. 5).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: há notas taquigráficas de duas audiências públicas (fls. 51/64 – menção do PL a fls. 52 – e fls. 65/73 – a fls. 65 o Vereador Paulo Frange solicita a junção de um projeto de sua autoria ao projeto em exame, por considera-los semelhantes). Essa Comissão exarou parecer favorável (fls. 74) na forma do substitutivo proposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Finanças e Orçamento:

Realizou audiência pública (fls. 75/120), com menção do PL a fls. 77/78. Representante da Secretaria de Finanças afirma que “O projeto, além de ser uma renúncia de receita — não foi apresentada a renúncia aqui —, é difícil de operacionalizar, fiscalizar esse jardim e tudo mais. Além do que para o calçamento já há uma lei determinando que o munícipe é obrigado a manter a calçada em ordem, inclusive, ele é multado se não tiver a calçada em ordem. Então não tem sentido dar um desconto se ele fizer uma calçada de acordo com a lei” (fls. 77). O Ver. Milton Leite, Presidente da Comissão, constata (fls. 78) um impacto máximo de 1% do valor do IPTU, o que, em sua opinião, “seria pesado para o IPTU na cidade de São Paulo”. Considera também que “a renúncia de receita é um tanto complicada neste momento em que a Cidade sofre com a falta de recursos”, e levanta dúvidas jurídicas: “A alteração de matéria tributária

caberia ao Executivo e não ao Legislativo. Para retirar esse 1% teria de indicar a nova receita que comporia esses valores. Como não vejo a recomposição das receitas não vejo a possibilidade de atender essa matéria (...).

Houve solicitação de informações ao Executivo pelo Vereador Paulo Fiorilo (fls. 121). As respostas do Executivo (fls. 123-133) destacam os seguintes pontos:

- i) “(...) as medidas que visam à sustentabilidade ambiental precisam estar coordenadas entre si, caso isso não ocorra, a medida pretendida por este projeto de lei, isoladamente, pode não atender a finalidade desejada. Na mesma linha, o disposto no art. 2º do referido projeto de lei, que pretende estender o desconto do IPTU aos proprietários que construírem calçadas com divisões para o plantio de grama, precisa estar alinhado com a legislação das calçadas. Salientamos que nenhum incentivo fiscal pode ser concedido, sem antes analisar a eficácia de tal medida, caso contrário, é pura perda de receita. (...) Portanto, diante do exposto, em função de tudo o que consta dos autos, apesar do nobre ideal contido no Projeto, somos de parecer desfavorável à propositura” (fls. 132 e 132-verso).
- ii) Há, a fls. 128-129, estimativas de impacto financeiro resultante da eventual aprovação da propositura. Assumindo uma receita de IPTU da ordem de R\$ 6.428.569.885,33, traça-se três cenários de adesão (5%, 15% e 30%) e de percentagem de isenção no IPTU (5%, 7% e 10%) para chegar a valores máximos de renúncia para 2015, 2016 e 2017, conforme a tabela abaixo (em reais).

2015	2016	2017
205.257.807,87	218.579.039,60	231.038.044,86

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto implicará renúncia de receitas em montante que poderia atingir 10% (dez por cento) de todos os imóveis, conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º. O balancete de Receita Arrecadada disponível no site da Secretaria de Finanças (<http://tinyurl.com/mxr5p52>) registra o valor arrecadado de R\$ 5.940 milhões em dezembro/2014, implicando que a renúncia de receita poderia chegar à ordem de **R\$ 594 milhões (quinhentos e noventa e quatro milhões de reais)**.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 80/1995

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa determinar ao Poder Executivo conceder desconto de 1% do IPTU para cada metro quadrado de jardim construído pelos proprietários de imóveis do Município de São Paulo, sendo que a área construída dos jardins deverá ter no mínimo 5 metros quadrados, e o desconto máximo concedido será de 10% do valor do IPTU por imóvel. A propositura prevê que serão enquadrados no desconto de que trata esta propositura todos os proprietários de imóveis que construírem calçadas com lajotas de cimentos contendo divisões para o plantio de grama.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, “com apresentação de substitutivo para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

2) PL 252/2009	Ver. JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CEU JARDIM HELENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (INDICA-SE PARA CONSTRUÇÃO O TERRENO LOCALIZADO NO FINAL DA AVENIDA KUMAKI AOKI, SUBPREFEITURA DE SÃO MIGUEL PTA.)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DO AUTOR		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a criação do CEU Jardim Helena, a ser construído pelo Poder Público, preferencialmente, no terreno localizado no final da Avenida Kumaki Aoki, no Distrito do Jardim Helena, Subprefeitura de São Miguel Paulista.

Prevê que, caso o referido terreno não seja passível de ser utilizado para esta obra, caberá a Prefeitura de São Paulo, escolher outro terreno público ou desapropriar um terreno particular para garantir o interesse público de construção do CEU Jardim Helena.

Finalmente, estabelece que fica a critério do Poder Executivo utilizar-se do orçamento do exercício vigente ou do próximo exercício em que a lei entrar em vigor para executar a referida obra dentro dos limites suportáveis do impacto orçamentário e nos limites da lei de responsabilidade fiscal.

(síntese do texto do Substitutivo, apresentado pelo próprio autor à fl.14, ao projeto original, o qual prevê a autorização para a criação do referido CEU)

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl.17). Há voto vencido do relator (fls.17 a 19).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, na forma do Substitutivo apresentado pelo próprio autor, em substituição ao seu texto original (fl.20).

Comissão de Administração Pública: favorável, nos termos do substitutivo apresentado pelo autor (fls. 24 e 25). Há voto vencido do relator (fls. 26 e 27).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 28) com resposta às fls. 30/41:

- "O Jardim Helena situa-se a Norte da Linha Férrea e a Sul do Rio Tietê. Este bairro é, em grande parte, constituído de ocupações irregulares densas, sem áreas de instalação de um equipamento do porte do CEU (exigência mínima de terreno com 15.000m² livres de ocupação), a saber: 1. As áreas públicas não apresentam dimensões favoráveis à implantação de um CEU; 2. As áreas livres a Norte do bairro estão em área de proteção da Várzea do Rio Tietê; 3. As áreas ocupadas são de difícil desapropriação, tendo

em vista a alta densidade de sua ocupação por uso residencial” (fls. 37/38 – Secretaria Municipal de Educação).

- “Para a Subprefeitura de São Miguel, que já consta com o CEU Curuçá e o CEU Três Pontes, está prevista a construção do CEU São Miguel, conforme retro à folha 21”. (fl. 37 – Secretaria Municipal de Educação).

- “Pelo exposto, não somos favoráveis a definir, por lei específica, a implantação de um futuro CEU no Jardim Helena, mas que esta medida seja cotejada no âmbito mais geral de revisão do Plano Regional de São Miguel”. (fl. 39 – Secretaria Municipal de Educação).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto em análise, caso aprovado, implicará despesas com a construção do equipamento público, além de despesas continuadas com sua manutenção, incluindo despesas com pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 252/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Zelão, visa criar o CEU Jardim Helena, a ser construído pelo Poder Público, preferencialmente no terreno localizado no final da Avenida Kumaki Aoki, no Distrito do Jardim Helena, Subprefeitura de São Miguel Paulista.

Prevê que, caso o referido terreno não seja passível de ser utilizado para esta obra, caberá a Prefeitura de São Paulo, escolher outro terreno público ou desapropriar um terreno particular para garantir o interesse público de construção do CEU Jardim Helena.

Finalmente, estabelece que fica a critério do Poder Executivo utilizar-se do orçamento do exercício vigente ou do próximo exercício em que a lei entrar em vigor para executar a referida obra dentro dos limites suportáveis do impacto orçamentário e nos limites da lei de responsabilidade fiscal.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, na forma do Substitutivo apresentado pelo próprio autor, em substituição ao seu texto original, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

3) PL 65/2010	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. MARA GABRILLI (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. CALVO (PMDB); Ver. MARTA COSTA (PSD)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI 11.614, DE 13 DE JULHO DE 1994, AMPLIANDO A FAIXA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, COMO ESTABELECE. (AMPLIA DE TRÊS PARA QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS A RENDA MENSAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PASSÍVEIS DE ISENÇÃO DE IPTU)					
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: CONTRARIO Há voto em separado do Ver. Aurélio Nomura: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO.					

Obs: Vistas ao Ver. Alfredinho em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 06/05/2015 a pedido dos Vereadores Jair Tatto e Ota. Adiado por 1 (uma) sessão em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: altera a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto. O projeto em tela visa alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitaram quesitos ao Executivo (fls.25/26), com resposta a fls.28/37, concluindo pela “inviabilidade da propositura, pois seu objetivo já se encontra atendido pela legislação tributária, restando impossibilitada a análise do respectivo impacto financeiro” (fl.28). **Manifestação da Secretaria Municipal de Finanças:** “(...) A justificativa presente no

citado PL funda-se na questão da pretensa queda do poder real de compra dos aposentados e pensionistas em função do descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços. Ocorre que a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, conforme pode ser verificado no quadro de fl. 15. Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios. (...) apesar do nobre ideal contido no Projeto de Lei sob exame, acreditamos que a Proposta de Lei Municipal deva ser rejeitada eis que seu objetivo já se encontra atendido pela legislação hodierna, pela impossibilidade de ser realizada estimativa quanto ao seu impacto, e pela gravidade das medidas compensatórias decorrentes da renúncia fiscal” (fl.35). A Comissão exarou parecer pela **constitucionalidade e legalidade** (fls.43/44).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls.49/50).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl.51)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implicará ao Executivo aumento de renúncia de receita fiscal, em virtude da isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, o que vai de encontro ao que preconiza o Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalte-se que a Lei 11.614/94 foi alterada pela Lei Nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, conforme quadro acima. A Lei 15.889 concede isenção parcial de 50% aos que recebem entre 3 e 4 salários (aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia) e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Para manter o objetivo do PL 65/2010, de dar isenção total para os mencionados acima que recebem até 4 salários mínimos, será necessário:

- alterar o inciso I do art. 1º, de “I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 3 (três) salários mínimos;” para “I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 4 (quatro) salários mínimos;”;
- revogar o inciso II.

Ressalte-se que a sugestão acima mantém o limite de R\$ 1 milhão do valor do imóvel.

VISTO

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 65/2010

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Mara Gabrielli, Marta Costa, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Calvo, Gilson Barreto, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto e Eduardo Tuma, visa alterar a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede

isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto.

A propositura objetiva alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Ocorre que a Lei 11.614/94, foi alterada pela Lei 15.889, de 5 de novembro de 2013, que passou a conceder isenção parcial de 50% aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia, definidos no artigo 1º da Lei nº 13.776, de 10/02/2004 que recebem entre 3 e 4 salários e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Em resposta a quesitos da douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, o Executivo pondera que “a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, (...) Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar das elevadas intenções dos nobres Autores, consideramos que a matéria não deve prosperar. Com efeito, apesar de a Prefeitura Municipal não dispor de cadastro que relacione a renda dos contribuintes do IPTU, fica claro que a entrada em vigor do projeto implicaria aumento da renúncia fiscal já prevista na Lei 15.889/2013. Essa redução da receita desse imposto fundamental para as finanças municipais efetivamente significaria menos recursos para atendimento das inúmeras demandas sociais, e consideramos que o benefício conforme estabelece a referida Lei 15.889/2013 já vem ao encontro da justiça fiscal.

Destarte, **contrário** ao projeto é o parecer.

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 65/2010

De autoria dos nobres Vereadores Mara Gabrilli, Marta Costa, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Calvo, Gilson Barreto, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto e Eduardo Tuma, o presente projeto de lei objetiva alterar a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto. O projeto em tela visa alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4

(quatro) salários mínimos.

Quanto à justiça fiscal, a propositura reveste-se do maior interesse, eis que a situação dos aposentados e pensionistas, por todos conhecida, merece um tratamento diferenciado no aspecto tributário. Destarte, a alteração ora proposta vem ao encontro do interesse público.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, portanto, favorável é o voto. Contudo, como a Lei 11.614/94 foi alterada pela Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, para manter o objetivo do projeto sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI Nº 65/2010

Altera a redação do inciso I do art. 1º, da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994, **com as alterações da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013**, e revoga o inciso II desse mesmo artigo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso I do art. 1º, da Lei 11.614, de 13 de julho de 1994, com as alterações da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 4 (quatro) salários mínimos;" (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso II do art. 1º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994, com as alterações da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano em que a estimativa de renúncia de receita por ela acarretada tiver sido considerada na lei orçamentária anual.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 135/2011		Ver. DALTON SILVANO (PV)				Votação			
DISPÕE DA OBRIGATORIEDADE DA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, A INSTALAR BATERIAS DE EMERGÊNCIA (NO BREAKS) NOS SEMÁFOROS DA CIDADE.						Favor	Contra	Abst.	
		Ver. ABOU ANNI (PV)				.	.	.	
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)				.	.	.	
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)				.	.	.	
		Ver. JAIR TATTO (PT)				.	.	.	
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)				.	.	.	
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)				.	.	.	
		Ver. OTA (PROS)				.	.	.	
		Ver. PAULO FIORILO (PT)				.	.	.	
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)				.	.	.	
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)									
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA									

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: obriga a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da cidade.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade e constitucionalidade, com substitutivo para adaptar a proposição a melhor técnica legislativa (fls. 17-19). Há voto vencido pela ilegalidade (fls. 20-21).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 25).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 26-27).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 28), com resposta a fls. 30/38:

- "... a Diretoria de Sinalização vem se manifestar contrária a aprovação do referido projeto de Lei nos fundamentos enumerados abaixo:

1) A cidade de São Paulo possui mais de 55.000 (cinquenta e cinco mil) SEMÁFOROS, o que seria inadmissível a instalação em cada um deles como previsto no Projeto...

2) Não se pode determinar por Lei, que seja instalado equipamentos conhecidos como No-Break, em locais pré-determinados sem analisar tecnicamente a viabilidade e necessidade...

3) ... está em implantação 342 equipamentos tipo No-Break até o final do mês de Agosto do corrente ano [despacho com data de 29/07/2013]...

4) Está em fase de contratação empresas para efetuarem a recuperação do Sistema de Sinalização de Tráfego da cidade... com a implantação de mais 1.400 unidades de No-Breaks.." – Diretor de Sinalização e Suprimentos – Companhia de Engenharia de Tráfego (fls. 31).

- "O valor estimado para aquisição de 01 (um) equipamento de nobreak é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)" – Diretor de Sinalização e Suporte à Fiscalização de Trânsito – CET (fls. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A instalação de baterias de emergência — e a sua manutenção posterior — em todos os semáforos da cidade tem impacto orçamentário-financeiro. Com os dados da resposta do Executivo, o custo para aquisição de nobreaks para todos os 55 mil semáforos seria de R\$ 10.000,00 x 55.000 = R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar os que já tem instalado o equipamento e também não considerando sua instalação e manutenção.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 135/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa obrigar a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da Cidade.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura à melhor técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 231/2011	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSDB)	Votação			
INSTITUI O SISTEMA A MULHER NA POLÍTICA, DISPONDO SOBRE MEDIDAS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE POLÍTICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

ASSUNTO: Institui o Sistema “A Mulher na Política”, dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política no âmbito do Município de São Paulo.

O Sistema “A Mulher na Política” terá como ações principais a conscientização da mulher do Município sobre a importância de sua participação na atividade política; a elaboração e distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para a filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema; o incentivo às mulheres filiadas a partido político para concorrerem a cargos eletivos e incentivos às demais para se filiarem a partido político com o qual tenham afinidade ideológica; a viabilização da realização de palestras, seminários e cursos sobre capacitação e participação das mulheres na política além do incentivo às jovens mulheres entre dezesseis e dezoito anos ao alistamento eleitoral.

O projeto prevê, também, que poderão ser firmadas parcerias com outras entidades e órgãos públicos, com organizações da sociedade civil, fundações de direito público ou privado e instituições de ensino no intuito de viabilizar as ações e objetivos previstos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade

(fls. 08 e 09).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 10).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 11).

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo (fl. 14). **Resposta do Executivo** (fls. 15-20) **Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres:** "... Os custos advindos com a implementação da propositura e seu impacto orçamentário-financeiro estão ligados diretamente à estratégia utilizada para incentivar, promover e mobilizar as mulheres como forma de impulsionar a participação das mesmas nas atividades políticas de participação e de representação no município de São Paulo. No que se refere às políticas públicas em vigor, informamos que, em âmbito municipal, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, executa o projeto dos **Fóruns Regionais (Projeto Mulher Participa)**, em parceria com a SPM - Presidência da República (...) Tal projeto inovador, executado pela Assessoria de Participação e Controle Social desta Secretaria, ... pretende incentivar a participação direta das mulheres, o controle social e a articulação política das demandas regionais diretamente com os governos locais. Iniciado em 2013, o Projeto atualmente está na sua 3ª fase, com a montagem de 14 turmas para Cursos de Formação em Gênero, Políticas Públicas e Participação Social, envolvendo as 445 delegadas eleitas regionalmente pela sociedade civil e 160 representantes do poder público indicadas nas reuniões de Governo Local pelas 32 Subprefeituras). Já foram realizadas Plenárias Consultivas nas 32 Subprefeituras, com a presença de cerca de 1320 mulheres, com o intuito de debater a realidade e o cotidiano das mulheres na região, encaminhar as demandas referentes ao poder público municipal e discutir a participação e o controle social para além das políticas de gênero...." (fls. 17-18)

"... esta Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres se posiciona **favoravelmente** ao PL231/2011 apresentado." (fl. 20)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implicará gastos ao Executivo, no concernente à elaboração e distribuição de material informativo e a viabilização da realização de palestras, seminários e cursos. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres posicionou-se **favoravelmente** ao PL 231/2011.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves/ Regina Eiko Kimachi - Consultores Técnicos Legislativos – Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
DE LEI Nº 231/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adolfo Quintas, visa instituir o Sistema "A Mulher na Política", dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política, no âmbito do Município de São Paulo.

O Sistema "A Mulher na Política" terá como ações principais a conscientização da mulher do Município sobre a importância de sua participação na atividade política; a elaboração e distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para a filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema; o incentivo às mulheres filiadas a partido político para concorrerem a cargos eletivos e incentivos às demais para se filiarem a partido político com o qual tenham afinidade ideológica; a viabilização da realização de palestras, seminários e cursos sobre capacitação e participação das mulheres na política além do incentivo às jovens mulheres

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

entre dezesseis e dezoito anos ao alistamento eleitoral.

O projeto prevê também que poderão ser firmadas parcerias com outras entidades e órgãos públicos, com organizações da sociedade civil, fundações de direito público ou privado e instituições de ensino no intuito de viabilizar as ações e objetivos previstos.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 488/2012	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS MÍNIMAS AOS MOTORISTAS E COBRADORES DE ÔNIBUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina que as empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo público de passageiros disponibilizarão aos motoristas e cobradores instalações físicas mínimas nos terminais e paradas finais das linhas de ônibus situadas no Município de São Paulo.

As instalações mencionadas consistirão na disponibilização de banheiro e espaço de apoio (sala com copa, televisão e/ou rádio, livros, jornais e revistas), dentre outros equipamentos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 36/39), com apresentação de substitutivo “para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para excluir a expressa indicação dos equipamentos que deverão ser disponibilizados aos motoristas e cobradores nas salas de apoio, uma vez que tal determinação extrapola a competência municipal para dispor sobre normas construtivas” (fls. 38).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (fls. 40/47 – menção do PL a fls. 41 – e fls. 48/51 – menção a fls. 49).

Essa Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 52).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 54).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer contrário (fls. 55/56): “... entendemos que a propositura, infelizmente, não deve prosperar, pelos seguintes motivos: de acordo com a SPTrans, empresa responsável pelo gerenciamento do transporte coletivo por ônibus no Município, em 2014 estavam sendo operadas 1.281 linhas de ônibus na cidade de São Paulo.

Como seria possível implantar as instalações previstas pelo presente projeto de lei (banheiro e espaço de apoio - sala com copa, televisão e/ou rádio, livros, jornais e revistas) em cada ponto final de cada uma das 1.281 linhas de ônibus em operação? Qual seria o custo dessas instalações? Infelizmente, isso seria inviável” (fls. 55).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura geraria despesas para as concessionárias; para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, seria necessário elevar o valor da tarifa, aumentar o subsídio do sistema ou uma combinação das duas medidas. Na segunda e na terceira hipóteses, portanto, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 488/2012

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa determinar que as empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo público de passageiros disponibilizarão aos motoristas e cobradores instalações físicas mínimas nos terminais e paradas finais das linhas de ônibus situadas no Município de São Paulo.

As instalações mencionadas consistirão na disponibilização de banheiro e espaço de apoio (sala com copa, televisão e/ou rádio, livros, jornais e revistas), dentre outros equipamentos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para excluir a expressa indicação dos equipamentos que deverão ser disponibilizados aos motoristas e cobradores nas salas de apoio, uma vez que tal determinação extrapola a competência municipal para dispor sobre normas construtivas”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

7) PL 155/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
ACRESCENTA ARTIGO 17-A NA LEI 14.129, DE 11 DE JANEIRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: acrescenta artigo 17-A à Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo.

Art. 1º - Fica acrescido o artigo 17-A na Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que passará a conter a seguinte redação:

“Art. 17-A O disposto nesta Lei não se aplica aos casos previstos no artigo 150, VI, da Constituição Federal de 1988”.

O art. 150 da Constituição Federal estabelece:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)

(...)

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o

patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

Consta na justificativa do projeto:

“Com a finalidade de proteger o contribuinte da atuação exacerbada do Poder Público, o legislador constituinte impôs limitações aos Entes Federativos no exercício tributário, são as chamadas imunidades tributárias previstas no artigo 150, VI, da nossa Carta Maior... Não obstante tratar-se de uma garantia constitucional, comumente é confundida com outro instituto, o da isenção fiscal. Necessário é, portanto, diferenciá-las. Enquanto aquela proíbe o bem ou pessoa de sofrer qualquer tipo de tributação, esta, por disposição legal expressa, dispensa o pagamento de determinado tributo.

Contudo, nota-se com frequência, a inobservância desse preceito constitucional na vida prática, especialmente na esfera administrativa, que acaba por privilegiar comandos legais em detrimento de um mandamento normativo hierarquicamente superior. Pois, mesmo tratando-se de bem ou pessoa tributariamente imune têm-se aplicado a elas sanções, que são obrigações derivadas, quando a obrigação principal, incidência de tributo, nem ao menos poderia existir.

Desta forma, o presente Projeto de Lei visa coibir a discricionariedade dos procedimentos administrativos no que tange às imunidades tributárias, reiterando expressamente na Lei 14.129/2006 proteção que deveria estar embutida no julgamento dos processos administrativo, evitando, destarte, que o contribuinte tenha que buscar tutela jurisdicional daquilo que lhes é de direito.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, na forma do Substitutivo apresentado a pedido do autor (fls. 26/27). O substitutivo estabelece:

Art. 1º. Fica acrescido o artigo 17-A à Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 17-A O deferimento do pedido de isenção ou o reconhecimento de imunidade, de acordo com os casos previstos no artigo 150, VI, da Constituição Federal, produzirá efeito ex tunc, extinguindo as obrigações contraídas através da adesão ao PPI.” (NR)

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 28/29).

Comissão de Finanças e Orçamento: a Comissão realizou duas audiências públicas sobre o projeto, em:

- 16/04/14 (fls. 31-53, menção ao projeto a fls. 33-35). A representante da Secretaria de Finanças argumenta que, tendo entendido que a intenção do projeto é retirar da Lei 14.129 as entidades imunes, considera que a adesão ao PPI é uma confissão e que a entidade põe o seu débito no PPI voluntariamente, ou seja, a entidade não poderia voltar atrás. O Vereador Milton Leite concorda com o argumento e os Vereadores Laércio Benko e Ricardo Nunes discordam, com o argumento de que as entidades são imunes, ou seja, não poderia haver o fato gerador do imposto, mas que o contribuinte acaba aderindo ao PPI pela necessidade de ter uma certidão ou determinados documentos. O Vereador Milton Leite sugere ao Vereador Benko a elaboração de um substitutivo (fls. 34).

- e 14/05/14 (fls. 55-70, menção ao projeto a fls. 69-70). O representante do Executivo reafirma a posição exposta em audiência anterior.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Considerando que o projeto trata de imunidade ou de isenção já existente, ou seja, de situações em que não deva ocorrer arrecadação, a matéria não tem repercussões orçamentárias e/ou financeiras.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto/Adriano Nunes Borges - Consultores Técnicos Legislativos - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 155/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa acrescentar artigo 17-A à Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo, pelo qual o disposto na citada lei não se aplica aos casos previstos no art. 150, VI, da Constituição Federal de 1988.

O art. 150 da Constituição Federal estabelece:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)

Consta na justificativa do projeto:

“Com a finalidade de proteger o contribuinte da atuação exacerbada do Poder Público, o legislador constituinte impôs limitações aos Entes Federativos no exercício tributário, são as chamadas imunidades tributárias previstas no artigo 150, VI, da nossa Carta Maior... Não obstante tratar-se de uma garantia constitucional, comumente é confundida com outro instituto, o da isenção fiscal. Necessário é, portanto, diferenciá-las. Enquanto aquela proíbe o bem ou pessoa de sofrer qualquer tipo de tributação, esta, por disposição legal expressa, dispensa o pagamento de determinado tributo.

Contudo, nota-se com frequência, a inobservância desse preceito constitucional na vida prática, especialmente na esfera administrativa, que acaba por privilegiar comandos legais em detrimento de um mandamento normativo hierarquicamente superior. Pois, mesmo tratando-se de bem ou pessoa tributariamente imune têm-se aplicado a elas sanções, que são obrigações derivadas, quando a obrigação principal, incidência de tributo, nem ao menos poderia existir.

Desta forma, o presente Projeto de Lei visa coibir a discricionariedade dos procedimentos administrativos no que tange às imunidades tributárias, reiterando expressamente na Lei 14.129/2006 proteção que deveria estar embutida no julgamento dos processos administrativos, evitando, destarte, que o contribuinte tenha que buscar tutela jurisdicional daquilo que lhes é de direito.”

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, na forma do substitutivo apresentado a pedido do Autor, que dispõe que o deferimento do

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

pedido de isenção ou o reconhecimento de imunidade, de acordo com os casos previstos no artigo 150, VI, da Constituição Federal, produzirá efeito ex tunc, extinguindo as obrigações contraídas através da adesão ao PPI.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 490/2013	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM MUSEU EM TODAS AS ESCOLAS MUNCIPAIS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. José Police Neto.

ASSUNTO: institui a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo, que deverá conter o seguinte:

- I - documentos importantes da escola;
- II - fotos e documentos de todos os eventos realizados na escola;
- III - lista com nomes dos professores e os anos que lecionaram;
- IV - trabalhos dos alunos;
- V - fotos e vídeos das formaturas.

Pelo art. 2º, fica criada a comissão para implantação do museu escolar, a ser coordenada pelo diretor escolar, pelo professor de história, por um representante dos professores de outra matéria, por um representante dos funcionários, por um representante dos alunos e um representante dos pais dos alunos. O art. 3º estabelece que a manutenção e organização do museu deverão ser feitas com a contribuição da própria escola, mas poderá receber doações.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 30).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 31).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 32).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitados quesitos ao Executivo (fl. 34) com respostas às fls. 36/41.

A Secretaria Municipal de Educação manifestou-se pelo veto ao projeto (fls 40/41):

“Da manifestação da SME-ATP/AT às fls. 09/11, destacamos que os espaços físicos das unidades educacionais são essencialmente voltados à organização das classes visando a acomodação da demanda, não havendo, na maior parte das escolas, espaços disponíveis para a finalidade da propositura. De mais a mais, as unidades já dispõem de um acervo com os documentos oficiais como atos de criação,

autorização de funcionamento, dados do patrono etc. Além disso, o EOL igualmente possui essas informações, havendo registros, também, da vida funcional dos profissionais da educação e dos alunos. Assim, acompanhando manifestação da Assistência Técnica e considerando que a organização administrativa das escolas já atende ao pretendido pela medida ora analisada, opinamos pelo veto do Projeto de Lei nº 490/13.” (fl. 40)

Sobre os custos estimados com a implementação da propositura, a Assistência Técnica da SME respondeu que “(...) não detém elementos que possam elucidar a questão.” (fl. 39)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 490/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa instituir a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo, devendo conter:

- I - documentos importantes da escola;
- II - fotos e documentos de todos os eventos realizados na escola;
- III - lista com nomes dos professores e os anos que lecionaram;
- IV - trabalhos dos alunos;
- V - fotos e vídeos das formaturas.

Pelo art. 2º da propositura, fica criada comissão para implantação do museu escolar, a ser coordenada pelo diretor escolar, pelo professor de história, por um representante dos professores de outra matéria, por um representante dos funcionários, por um representante dos alunos e um representante dos pais dos alunos. O art. 3º estabelece que a manutenção e a organização do museu deverão ser feitas com a contribuição da própria escola, mas poderá receber doações.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

9) PL 512/2013	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
INSTITUI O PROGRAMA TEATRO NA ESCOLA, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: institui o Programa Teatro na Escola, e fixa outras providências.

A propositura estabelece que, em conformidade com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a implementação do programa de que trata o projeto se realizará por curso de artes teatrais na grade curricular de todas as unidades do ensino público no âmbito da Cidade de São Paulo.

Segundo o art. 4º, a disciplina artes teatrais será matéria autônoma do componente curricular, devendo ser ministrada, no mínimo, duas vezes por semana, em carga horária mínima de 02 (duas) horas-aula por dia letivo, podendo haver o agrupamento horário em um único dia, desde que totalize 4 (quatro) horas-aulas semanais, no mínimo, podendo haver aulas extras.

Ainda é estabelecido, no art. 6º, que os órgãos responsáveis pela criação e implementação do Programa Teatro na Escola poderão contratar, obedecida a legislação em vigor, e/ou fazer parcerias com a iniciativa privada ou contratação de professores e/ou profissionais artistas para a docência no ensino de artes teatrais aos alunos da rede pública de ensino, inclusive voluntários.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 44).

Comissão de Administração Pública: favorável com apresentação de substitutivo a fim de “permitir que a iniciativa seja efetivamente executada sem que haja comprometimento da grade de aulas vigente”. (fls. 45-46).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 47) com resposta às folhas 49-57:

- “O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13/07/10, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, especifica os componentes curriculares que integram a base nacional comum, constando o componente “Arte” como disciplina inserida no currículo, tratada em suas diferentes formas de expressão, sendo o teatro uma das variantes que compõe o ensino da arte”. (fl. 51 – Secretaria Municipal de Educação).

- “É competência da União a edição de regras gerais sobre a educação e ensino, e neste sentido, os currículos da educação básica são organizados à luz desses ditames legais de âmbito federal tornando, dessa forma, o objetivo almejado pela propositura contraditório frente às diretrizes e normas definidas para a organização curricular”. (fl. 51 – Secretaria Municipal de Educação).

- “Conjugamos dos mesmos ideais expressos na propositura enquanto incentivo às iniciativas artísticas, porém entendendo a medida como prática desenvolvida e integrada ao componente Arte. O Programa proposto poderá se constituir em tema a ser desenvolvido por meio de projetos representados por ações sistematizadas no contraturno escolar, de caráter educacional e de enriquecimento do currículo,

articulados ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar e previsto no Regimento Educacional, sem que seja objeto de veiculação por força de leiIsto posto, podemos concluir nossa manifestação com o parecer desfavorável à propositura à medida que propõe a inserção de “artes teatrais” como disciplina isolada do componente curricular “arte”, podendo o tema tratado no Projeto de Lei ser objeto de desenvolvimento de projeto como forma de expressão da arte, não por força da lei, mas por iniciativa da escola, considerada a autonomia a ela conferida pela LDB”. (fl. 52 - Secretaria Municipal de Educação).

- “(...) a medida ora analisada se contrapõe à legislação federal pois visa inserir uma disciplina no currículo escolar que, na verdade, é uma das variantes do estudo da arte”. (fl. 53 - Secretaria Municipal de Educação).

Parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública (fl. 58).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A presente propositura, se aprovada, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissa/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 512/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa instituir o Programa Teatro na Escola.

A propositura estabelece que, em conformidade com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a implementação do mencionado programa se realizará por curso de artes teatrais na grade curricular de todas as unidades do ensino público no âmbito da Cidade de São Paulo.

Segundo o art. 4º, a disciplina artes teatrais será matéria autônoma do componente curricular, devendo ser ministrada, no mínimo, duas vezes por semana, em carga horária mínima de 2 (duas) horas-aula por dia letivo, podendo haver o agrupamento horário em um único dia, desde que totalize 4 (quatro) horas-aulas semanais no mínimo, podendo, ainda, haver aulas extras.

Ademais, é estabelecido no art. 6º que os órgãos responsáveis pela criação e implementação do Programa Teatro na Escola poderão contratar, obedecida a legislação em vigor, e/ou fazer parcerias com a iniciativa privada ou contratação de professores e/ou profissionais artistas para a docência no ensino de artes teatrais aos alunos da rede pública de ensino, inclusive voluntários.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou substitutivo a fim de “permitir que a iniciativa seja efetivamente executada sem que haja comprometimento da grade de aulas vigente”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

10) PL 677/2013 Ver. OTA (PROS)		Votação			
DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE NA EXPEDIÇÃO DA SEGUNDA VIA DO BILHETE ÚNICO, QUANDO EMITIDO EM RAZÃO DE ROUBO, FURTO, PERDA OU EXTRAVIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: CONTRARIO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: determina que a emissão de segunda via do Bilhete Único ocorrerá de forma gratuita, sem cobrança de taxa, quando o usuário a requerer em razão de roubo, furto, perda ou extravio, mediante prévio bloqueio junto à SPTrans.

O art. 2º da proposutura estabelece que os custos da referida emissão serão suportados mediante licitação para inserção de mensagem publicitária em todos os cartões de Bilhete Único emitidos no âmbito da cidade de São Paulo; sendo que os valores arrecadados subsidiarão também as estruturas de informática e conta-sistemas utilizados na administração do programa e na melhoria do sistema de trânsito como a troca de semáforos defeituosos, etc.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 37/38).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 39/40).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fl. 41) com respostas nas fls. 44 a 56, com manifestação “pelo veto ao Projeto de Lei nº 677/2013” (fl. 56).

A SPTrans destacou que “a cobrança pela emissão de 2ª via incentiva o zelo pelo cartão, uma vez que para evitar o custo há um cuidado maior por parte do usuário a fim de evitar a substituição desnecessária do cartão.” (fl. 44).

Quanto ao custo estimado pela SPTrans, “considerando que em 2013 foram emitidas 478.513 segundas vias de cartões dos tipos Vale Transporte e Comum, o custo da isenção do pagamento seria na ordem de R\$ 10.048.764,00” (fl. 46).

Por fim, a empresa informou que “Para se ter uma ideia de quanto poderíamos angariar com a receita de publicidade nos cartões seria necessário um trabalho junto às agências de publicidade, cujo retorno depende da criação de um material de venda específico para o produto.” (...) / (...) “Dada à inexistência desse trabalho, não temos como informar o valor estimado da receita potencial da publicidade nos cartões.” (fl. 47).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implicaria despesas obrigatórias de caráter continuado referente ao custo de emissão de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

segundas vias de cartões. Este custo foi da ordem de R\$ 10.048.764,00 para o ano de 2013.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 677/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Masataka Ota, visa determinar que a emissão de segunda via do Bilhete Único ocorrerá de forma gratuita, sem cobrança de taxa, quando o usuário a requerer em razão de roubo, furto, perda ou extravio, mediante prévio bloqueio junto à SPTrans.

O art. 2º da propositura estabelece que os custos da referida emissão serão suportados mediante licitação para inserção de mensagem publicitária em todos os cartões de Bilhete Único emitidos no âmbito da cidade de São Paulo; sendo que os valores arrecadados subsidiarão também as estruturas de informática e conta-sistemas utilizados na administração do programa e na melhoria do sistema de trânsito como a troca de semáforos defeituosos, etc.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 774/2013	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA CORREIA BARROS PARA RUA PEDRO FORLI, NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SITUADA NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, SETOR 044, QUADRA 040/SP, CODLOG Nº 05337-6)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

ASSUNTO: altera a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo, com resposta a fls. 42/53:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- "...Trata-se de alteração não prevista nas legislações que regem o assunto..." Secretaria Municipal de Licenciamento (fls. 43);
- "... Também no caso do abaixo-assinado juntado em folhas 09 deste processo, a Lei nº 14.454, de 27 de julho de 2007, solicita a consulta de moradores ou domiciliados no entorno apenas nas situações em que o nome atual do logradouro seja motivo de ofensa ou ridículo e naqueles em que há homonímia. Não é o que acontece para esse logradouro" idem (fls. 46/47).
Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 53).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 54).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 55).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Sr. Ver. Relator:

Projeto de deliberação pelas Comissões Permanentes:

☐ **sim** ☒ **não**

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Solicitamos orientação para elaborar minuta de relatório.

☐ relatório favorável (**neste caso, segue minuta anexada**)

☐ relatório contrário

☐ quesitos ao Executivo

VISTO

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Atenciosamente,

Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo – CTEO-1

Ramais 4904/4706 – Sala 212-B

Obs.: Favor devolver para a Secretaria, ramal **4216** – Sala 213-A

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 774/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa alterar a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

12) PL 792/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
cria a PLATAFORMA VIRTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: cria a Plataforma Virtual para acompanhamento e execução das obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Entende-se por obras da Prefeitura, todas aquelas que compreendem novas edificações, restaurações e manutenções em prédios, edificações e patrimônio público.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo, “o qual visa adequar a redação do art. 1º e incluir os artigos 4º e 5º ao projeto, informando sobre as despesas para a execução da lei, bem como sobre o início de sua vigência” (fls. 30 a 33).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 34).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Pelo art. 1º, o projeto teria caráter autorizativo, não implicando despesas obrigatórias de caráter continuado. Contudo, tanto o art. 2º como o 3º determinam, respectivamente, que “o portal deverá ser amplamente divulgado e de fácil acesso” e “as informações devem ser claras e de fácil entendimento”. Desse modo, a propositura poderia implicar despesas obrigatórias de caráter continuado. Reforçando esse entendimento, os pareceres de todas as Comissões mencionam a criação, e não autorização de criação. Portanto, o projeto poderia significar a geração de despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se o envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiros - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PROJETO DE LEI Nº 792/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa autorizar a Secretaria responsável a criar uma Plataforma Virtual para acompanhamento e execução das obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Entende-se por obras da Prefeitura todas aquelas que compreendem novas edificações, restaurações e manutenções em prédios, edificações e patrimônio público.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo, "o qual visa adequar a redação do art. 1º e incluir os artigos 4º e 5º ao projeto, informando sobre as despesas para a execução da lei, bem como sobre o início de sua vigência".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 125/2014	Ver. GOULART (PSD); Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO, AO DOADOR DE SANGUE DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa isentar os doadores de sangue do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias e Universidade/Faculdades Públicas Municipais de São Paulo.

O Parágrafo único do art. 1º estabelece que fará jus a isenção o doador que comprovar doação por pelo menos 3 (três) vezes no período de 12 (doze) meses.

Considera-se, para fins do benefício previsto nesta propositura, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou organização credenciada pela União, pelo Estado ou Município.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 57-59).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 60-61).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 62).

Comissão de Finanças e Orçamento: quesitos ao Executivo (fl. 64). **Resposta do Executivo:** (fl. 66-71) **SEMPRA-** "... O assunto não é novo, de modo que o Executivo Municipal já vetou integralmente o projeto de lei nº 446/99, que também dispunha sobre a medida, pautado nos seguintes argumentos:

a) que a doação deve ser ato de vontade, motivada pela solidariedade;
b) a possibilidade de obtenção de vantagem é incompatível com a doação, configurando-se inconstitucional e ilegal, uma vez que comercializa o ato;
c) a previsão contemplaria aumento do custo da taxa para os demais candidatos ao concurso ou para a Administração Municipal.” (fls. 67-68)
“... a medida é controvertida, pois o TJ/SP já entendeu que a previsão de isenção para doadores infringe o artigo 199, §4º CF, ... poderá ser objeto de questionamentos judiciais...” (fls. 68-69)
“... as contratadas para organização e execução dos concursos públicos são remuneradas pela arrecadação da taxa de inscrição exigida de cada candidato. Observou que o custo das isenções estaria incluso na estimativa de gastos.”(fl. 70)

Sr. Ver. Relator:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme resposta do Executivo, o custo das isenções aumentaria o custo da taxa para os demais candidatos ao concurso ou para a Administração Municipal.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 125/2014

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Goulart e José Police Neto, visa isentar os doadores de sangue do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias e Universidade/Faculdades Públicas Municipais de São Paulo.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que fará jus à isenção o doador que comprovar doação por pelo menos 3 (três) vezes no período de 12 (doze) meses.

Considera-se, para fins do benefício previsto na propositura, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou organização credenciada pela União, pelo Estado ou Município.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 280/2014	Executivo - FERNANDO HADDAD	Votação			
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA DISCOTECA ONEYDA ALVARENGA, DA FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, BEM COMO ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 14.380, DE 27 DE MAIO DE 2011.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Dispõe sobre a transferência da Discoteca Oneyda Alvarenga, prevista na Lei nº 15.380, de 27 de maio de 2011, da Fundação Theatro Municipal de São Paulo para a Coordenação Técnica, de Acervos, da Divisão de Acervo, Documentação e Conservação, do Centro Cultural São Paulo, da Secretaria Municipal de Cultura, bem como altera dispositivos da Lei nº 15.380, de 27 de maio de 2011. O Parágrafo único do art. 1º dispõe que a Discoteca Oneyda Alvarenga transfere-se para a nova situação com os bens e direitos que compõem seu acervo, com as partituras, os livros e os registros fonográficos de música erudita, bem como os bens móveis que abrigam o referido acervo.

Segundo a justificativa, mencionada “**discoteca pertencia à estrutura organizacional do Centro Cultural São Paulo**, passando, contudo, juntamente com suas partituras, livros e registros fonográficos de música erudita, à exceção do acervo de música popular, a constituir patrimônio da referida fundação municipal, por força da Lei nº 15.380, de 2011 (artigos 7º, II, e 49). A proposta, que **visa o retorno da discoteca à situação original**, objetiva resgatar o conceito com que foi idealizada a antiga Discoteca Pública Municipal, atual Discoteca Oneyda Alvarenga, em 1935, por Mário de Andrade, o qual ao pensar a criação de uma unidade de música nacional, associando o folclore com o erudito, colocou-a como receptora das manifestações artísticas folclóricas recolhidas nos primeiros projetos de sua gestão (...) desde sua concepção, a Discoteca Pública Municipal constituiu-se de acervos de livros, partituras e registros sonoros de natureza folclórica e popular, com gêneros musicais que foram surgindo nos 79 anos de sua existência (...) a necessidade de reunificação dos acervos deve-se não somente à sua importância histórica, mas também à facilidade de acesso que proporcionará ao público, oferecendo o Centro Cultural São Paulo condições adequadas de organização e armazenamento do material.”

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, o projeto não acarretará aumento de despesa para a Administração Municipal.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 46-47) pela legalidade

Comissão de Administração Pública: (fl. 48) Favorável

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: (fl. 49) Favorável

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na justificativa do projeto, datada de 28 de maio de 2014, a transferência da Discoteca não acarretará aumento de despesa para a Administração Municipal.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 280/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa dispor sobre a transferência da Discoteca Oneyda Alvarenga, prevista na Lei nº 15.380, de 27 de maio de 2011, da Fundação Theatro Municipal de São Paulo para a Coordenação Técnica, de Acervos, da Divisão de Acervo, Documentação e Conservação, do Centro Cultural São Paulo, da Secretaria Municipal de Cultura, bem como altera dispositivos da Lei nº 15.380, de 27 de maio de 2011.

O Parágrafo único do art. 1º dispõe que a Discoteca Oneyda Alvarenga transfere-se para a nova situação com os bens e direitos que compõem seu acervo, com as partituras, os livros e os registros fonográficos de música erudita, bem como os bens móveis que abrigam o referido acervo.

Segundo a justificativa, a mencionada “discoteca pertencia à estrutura organizacional do Centro Cultural São Paulo, passando, contudo, juntamente com suas partituras, livros e registros fonográficos de música erudita, à exceção do acervo de música popular, a constituir patrimônio da referida fundação municipal, por força da Lei nº 15.380, de 2011 (artigos 7º, II, e 49). A proposta, que visa o retorno da discoteca à situação original, objetiva resgatar o conceito com que foi idealizada a antiga Discoteca Pública Municipal, atual Discoteca Oneyda Alvarenga, em 1935, por Mário de Andrade, o qual ao pensar a criação de uma unidade de música nacional, associando o folclore com o erudito, colocou-a como receptora das manifestações artísticas folclóricas recolhidas nos primeiros projetos de sua gestão (...) desde sua concepção, a Discoteca Pública Municipal constituiu-se de acervos de livros, partituras e registros sonoros de natureza folclórica e popular, com gêneros musicais que foram surgindo nos 79 anos de sua existência (...) a necessidade de reunificação dos acervos deve-se não somente à sua importância histórica, mas também à facilidade de acesso que proporcionará ao público, oferecendo o Centro Cultural São Paulo condições adequadas de organização e armazenamento do material.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

15) PL 416/2014	Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO (CEU) SAPOPEMBA PARA CEU MARIA DORALINA DE SOUZA MANCINI. (LOCALIZADO NA RUA MANUEL QUIRINO DE MATTOS S/Nº CEP: 03969-000 - JARDIM SAPOPEMBA - SP).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe que o Centro Educacional Unificado (CEU) Sapopemba, localizado na Rua Manuel Quirino de Mattos, s/nº - CEP: 03969-000 - Jardim Sapopemba - São Paulo/SP passe a ser denominado Centro Educacional Unificado Maria Doralina de Souza Mancini.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 33), com respostas a fls. 34/49.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 50/51), com apresentação de substitutivo “a fim de utilizar a denominação correta do próprio, qual seja Centro Educacional Unificado, bem como a fim de preservar a denominação já existente desde 2008, a qual constitui referência geográfica e não pode ser suprimida em atenção ao disposto no art. 9º, caput e § 2º, da Lei nº 14.454/07. Note-se que com as alterações ora propostas restam sanadas as objeções apontadas pelo Executivo.” (fls. 50).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 52).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 416/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Juliana Cardoso, visa alterar a denominação do Centro Educacional Unificado Sapopemba, situado na Rua Manuel Quirino de Mattos, s/nº, Bairro Jardim Sapopemba, Subprefeitura Sapopemba, para Centro Educacional Unificado Sapopemba – Maria Doralina de Souza Mancini.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de utilizar a denominação correta do próprio, qual seja Centro Educacional Unificado, bem como a fim de preservar a denominação já existente desde 2008, a qual constitui referência geográfica e não pode ser suprimida em atenção ao disposto no art. 9º, caput e § 2º, da Lei nº 14.454/07”, além de sanar as objeções apontadas pelo Executivo em resposta a quesitos dessa Comissão. Pelo substitutivo, o próprio passa a ser denominado “Centro Educacional Unificado Sapopemba – Dora Mancini”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PDL 71/2014	Ver. CORONEL CAMILO (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA HONRARIA MEDALHA ANCHIETA E O DIPLOMA DE GRATIDÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO AO SENHOR ORLANDO DE ALMEIDA FILHO, E FIXA PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 13/05/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto. Adiado por 5 (cinco) sessões em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

ASSUNTO: dispõe sobre a concessão da Medalha Anchieta e do Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao senhor Orlando de Almeida Filho.

A entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 17).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls. 19).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/2014

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Coronel Camilo, visa dispor sobre a concessão da Medalha Anchieta e do Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao senhor Orlando de Almeida Filho.

A entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

17) PR 14/2014	Ver. CORONEL TELHADA (PSDB)	Votação			
INSEREM OS PARÁGRAFOS 1º, 2º, 3º E 4º AO ARTIGO 4º E ALTERA O ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO N. 2 DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A "MEDALHA JÂNIO QUADROS" E O RESPECTIVO "DIPLOMA DA MEDALHA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: insere os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao artigo 4º e altera o artigo 3º da Resolução nº 2 de 2014, que dispõe sobre a "Medalha Jânio Quadros" e o respectivo "Diploma da Medalha".

O Artigo 4º da Resolução nº2/2014 descreve a medalha a ser confeccionada, sendo que os novos parágrafos inseridos por este projeto determinam que a medalha será acompanhada por sua respectiva miniatura, roseta e barreta, além de trazer a descrição das mesmas.

Já o artigo art 3º da Resolução nº2/2014 (que determina que “as indicações, convertidas em projeto de decreto legislativo pela Mesa da Câmara, serão submetidas à votação pelo Plenário que, aquiescendo por maioria de 2/3, concederá a Medalha Jânio Quadros e o Diploma da Medalha através de decreto legislativo específico”), passará, de acordo com a propositura, a ter a seguinte redação:

“Art 3º As indicações, convertidas em projeto de decreto legislativo pela Mesa da Câmara, serão submetidas à Comissão Avaliadora constituída por 3 (três) membros, sendo 1 (um) membro da Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa, 1 (um) membro da Comissão de Administração Pública e 1 (um) membro da Comissão de Finanças e Orçamento, que concederá a "Medalha Jânio Quadros" e o "Diploma da Medalha" através de decreto legislativo específico.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações à Secretaria de Materiais, Contabilidade e Gestão de Contratos desta Casa (fl.30), que respondeu que “o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, estando em consonância com o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000. As despesas estarão respaldadas pela dotação: 9.10.01.031.2710.2100.33.90.31.00.00 – ‘Premiações culturais, artísticas, científicas e outras’” (fl.32).

A Comissão exarou parecer pela legalidade (fl. 34)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 35)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme informado pela Secretaria de Materiais, Contabilidade e Gestão de Contratos desta Casa, o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, estando em consonância com o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

As despesas estarão respaldadas pela dotação: 9.10.01.031.2710.2100.33.90.31.00.00 - Premiações culturais, artísticas, científicas e outras.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº14/2014

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Coronel Telhada, insere os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao artigo 4º e altera o artigo 3º da Resolução nº 2 de 2014, que dispõe sobre a "Medalha Jânio Quadros" e o respectivo "Diploma da Medalha".

O Artigo 4º da Resolução nº2/2014 descreve como é a medalha a ser confeccionada, sendo que os novos parágrafos inseridos por esse projeto determinam que a medalha será acompanhada por sua respectiva miniatura, roseta e barreta, além da descrição das mesmas.

Já o artigo art 3º da Resolução nº2/2014 (que determina que "as indicações, convertidas em projeto de decreto legislativo pela Mesa da Câmara, serão submetidas à votação pelo Plenário que, aquiescendo por maioria de 2/3, concederá a Medalha Jânio Quadros e o Diploma da Medalha através de decreto legislativo específico"), passará, de acordo com a propositura, a ter a seguinte redação:

"Art 3º As indicações, convertidas em projeto de decreto legislativo pela Mesa da Câmara, serão submetidas à Comissão Avaliadora constituída por 3 (três) membros, sendo 1 (um) membro da Comissão de Constituição Justiça e Legislação Participativa, 1 (um) membro da Comissão de Administração Pública e 1 (um) membro da Comissão de Finanças e Orçamento, que concederá a "Medalha Jânio Quadros" e o "Diploma da Medalha" através de decreto legislativo específico."

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PR 3/2015	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação			
Dispõe sobre a comemoração ao dia da Bandeira do Brasil no Âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a comemoração ao dia da Bandeira do Brasil no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

O projeto estabelece que no dia 19 de novembro, ou no próximo dia útil possível, com a apresentação da Bandeira Nacional, serão executados os hinos Nacional e da Bandeira no início da sessão ordinária.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “inserir o objeto do presente projeto de resolução como alteração no Regimento Interno desta Casa, adequando a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 14-15).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 16).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 17).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:
Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2015

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa dispor sobre a comemoração ao dia da Bandeira do Brasil no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

O projeto estabelece que no dia 19 de novembro, ou no próximo dia útil possível, com a apresentação da Bandeira Nacional, serão executados os hinos Nacional e da Bandeira no início da sessão ordinária.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “inserir o objeto do presente projeto de resolução como alteração no Regimento Interno desta Casa, adequando a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PLO 5/2013	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 178 E ACRESCENTA O INCISO XII AO ARTIGO 41, AMBOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: CONTRARIO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão

ASSUNTO: aumenta de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga a Câmara Municipal a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade (fls. 13/15), com apresentação de substitutivo que “visa adaptar a propositura às regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, visto que o artigo 41 da Lei Orgânica do Município de São Paulo trata especificamente sobre a necessidade de 2 (duas) audiências públicas na tramitação de projetos, hipótese que não se enquadra na presente proposta que visa a necessidade duas audiências públicas na análise de planilhas e elementos do Executivo para a fixação da tarifa do sistema de transporte coletivo de passageiros” (fls. 14).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: realizou duas audiências públicas (fls. 16 a 18 e 19 a 22, com citações a fls. 18 e 22). Exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 23 e 24).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Sr. Ver. Relator:

Projeto de deliberação pelas Comissões Permanentes:

☐ sim ☒ não

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, se aprovado, implicará gastos, em tese, já orçados.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 5/2013

O presente projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa aumentar de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga esta Casa a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Apesar dos meritórios propósitos do nobre Autor, temos a ponderar que a aprovação de tal propositura, ao aumentar a antecedência mínima necessária do envio das planilhas, aumentaria o grau de incerteza das estimativas das planilhas que servem de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público.

Com o aumento do grau de incerteza de tais estimativas, cresce a incerteza quanto a estimativa do valor orçado da atividade orçamentária “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, cuja dotação é de R\$ 1.422.175.002,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e dois reais) para o Orçamento do Município de São Paulo no ano de 2015 (Lei nº 16.099, de 30 de dezembro de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

2014). Tendo em vista que essa ação representa cerca de 70% do orçamento total da Secretaria de Transportes, o aumento de incerteza quanto às estimativas contidas na planilha significaria um aumento substancial da imprevisibilidade quanto às necessidades orçamentárias de todo esse órgão.

Ademais, o encaminhamento das informações acerca da tarifa no prazo ora vigente não elide a análise por parte do Poder Legislativo. Qualquer que seja o prazo prévio de encaminhamento da informação, o valor da tarifa, normalmente, vigora por período longo, permitindo que tanto esta Casa como a população em geral possam examinar os dados que embasaram a alteração tarifária, não se justificando, destarte, tal antecedência, com as consequências possíveis acima apontadas.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

20) PL 248/2011	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DOS CAPUTS DOS ARTS. 40 E 41 DA LEI 14.223, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. A LICENÇA DE ANÚNCIOS PARA PEQUENOS E MÉDIOS COMÉRCIOS)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO Há voto em separado apresentado pelo Ver. Ricardo Nunes, cuja conclusão é favorável Ao Substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia COM SUBSTITUTIVO.					

Obs: Vistas concedidas ao Ver. Ricardo Nunes em 27/3/2013; ao Ver. Milton Leite em 10/4/2013; ao Ver. Paulo Fiorilo em 13/8/2014; e ao Ver. Donato em 3/9/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 3 (três) sessões em 15/04/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura. Adiado por 3 (três) sessões em 29/04/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 5 (cinco) sessões em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

ASSUNTO: altera a redação dos caputs dos arts. 40 e 41 da Lei 14.223, de 26 de setembro de 2006, conhecida como "Cidade Limpa". Segundo a justificativa, a propositura tem como objetivo "auxiliar os munícipes na adequação da Lei 14.223/06 de forma a evitar a penalização ostensiva e sumária quando da ocorrência da fiscalização".

Conforme informa o parecer da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, pela legislação vigente, "Constatada a irregularidade, o infrator poderá ser multado de imediato e intimado a regularizar o anúncio ou removê-lo em 5 (cinco) dias. Caso o anúncio apresente risco iminente de segurança o prazo para regularização será de 24 (vinte e quatro) horas. Esgotado o prazo para regularização da infração, sem que as providências necessárias tenham sido tomadas, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, que será reaplicada a cada 15 dias, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio. Tratando-se de anúncio com risco eminente de segurança o

prazo para reaplicação da multa será reduzido para cada 24 (vinte e quatro) horas. O autor propõe que a primeira multa seja aplicada somente após cessar o prazo para regularização ou remoção do anúncio". Ademais, o prazo para regularização ou remoção de anúncios seria ampliado, desde que não apresentem risco iminente de segurança, para 30 (trinta) dias.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela constitucionalidade e legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa" (fls. 31/34).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou 2 audiências públicas (fls. 35/38 – menção do PL a fl. 37 – e fls. 39/42 – menção a fl. 42); foi exarado parecer favorável com substitutivo, acrescentando parágrafo único ao art. 41, estabelecendo, no caso de reincidência, que o prazo para regularizar ou remover o anúncio estabelecido no inciso I (anúncio indicativo ou especial) será reduzido de 30 para 5 dias (fls. 44/45).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável com substitutivo, mantendo as alterações da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e estabelecendo multas menores para instituições sem fins lucrativos (fls.46/48): a primeira multa passa de R\$ 10.000,00 para 1 salário mínimo por anúncio irregular e o acréscimo de R\$ 1.000,00 para cada metro quadrado que exceder 4 metros quadrados passa a ser de R\$ 100,00. Também inclui no art. 40 a penalidade notificação e advertência por escrito. Altera o prazo para regularizar ou remover o anúncio, no caso de anúncio indicativo ou especial, de 30 para 90 dias.

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitou informações ao Executivo. Na resposta do Executivo (fls. 53-74, destacam-se os seguintes pontos):

- i) "(...) Na referida manifestação, restou evidente que o presente projeto de lei cuidaria de retrocesso legislativo, não justificado ante o comportamento adotado atualmente pela população paulistana. A Lei nº 14.223/06 surtiu consideráveis efeitos na paisagem urbana justamente em vista do rigor da penalidade imposta e já conta com mais de 07 anos de vigência. Alterar a aplicação da pena do modo como pretendido no presente projeto de lei seria afrouxar o sistema legal ora existente, favorecendo ao seu descumprimento. Ademais, tal situação seria injusta ante as autuações já realizadas por todos esses anos em relação a milhares de cidadãos.

No que pertine à questão nº 1 (..) entendemos que os custos a serem gerados com a ampliação do papel da fiscalização, provavelmente seriam majorados devido à necessidade do incremento do número de agentes vistoristas nas Subprefeituras que pudessem intensificar a fiscalização e as autuações. Trata-se de raciocínio lógico. Outrossim, além de tais gastos, com a aprovação do projeto de lei em questão, haveria a diminuição da aplicação de multas, uma vez que o projeto prevê a notificação anterior à aplicação efetiva da multa. Por fim, não acreditamos que seja possível apresentar um cálculo exato de tais custos, como pretendido pelo Legislativo" (fls. 55-56).

- ii) "(...) o fato de conceder prazo de 90 (noventa) dias para regularizar ou remover o anúncio irregular, que na verdade entendemos que estaríamos dando uma oportunidade para tais instituições veiculassem seus anúncios sem qualquer punição. Num simples exemplo: pelas regras em questão, se uma 'instituição sem fins lucrativos' veicular anúncio através de faixa ou banner, de um evento temporário para 'o mês seguinte', ficará imune à fiscalização, uma vez que a mesma será favorecida com 90 dias para remover ou regularizar" (fls. 58).

- iii) "(...) observe-se que no início da vigência da "Lei Cidade Limpa", houve a concessão de prazo relativamente longo para que os municípios se adaptassem às novas regras introduzidas, (...) desde o dia 26 de setembro de 2006 até o dia 31 de dezembro do mesmo ano (...)" (fls. 62-63).

- iv) “(...) no que se refere (...) a diferenciação de tratamento entre as instituições sem fins lucrativos e os demais infratores – afirmando que tais instituições que não estiverem de acordo com a lei não receberão tratamento privilegiado – não a entendemos como justificável.
- Isso porque não há base legal para conceder tal tratamento diferenciado ao infrator que se constitui como instituição sem fins lucrativos. A própria Lei Orgânica do Município, que serve como base para todas as demais normas que passarão a integrar o ordenamento jurídico municipal, não fez referência alguma à necessidade de concessão de privilégios a instituições sem fins lucrativos” (fls. 62).
- v) “... o legislador está, na verdade, concedendo 90 (noventa) dias para que o infrator exiba o anúncio de maneira irregular, sem que lhe seja aplicada qualquer multa.” (fl. 65)
- vi) “(...) é nossa avaliação que o Projeto de Lei (...), nos termos dos substitutivos apresentados pelas Comissões que compõem aquela instância (...) não trará ganhos adicionais à sociedade ou à administração pública no que diz respeito à qualidade da paisagem urbana da Cidade de São Paulo, podendo, ao contrário, trazer-lhes prejuízos, conforme nossa argumentação aqui exposta.
- Assim, manifestamo-nos contrariamente à proposição legislativa em referência” (fls. 71).

Sr. Vereador:

Projeto de deliberação pelas Comissões Permanentes:

☒ **sim** ☐ **não**

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto não apresenta impacto orçamentário adicional relevante, eis que envolve ação fiscalizadora que já ocorre.

Relatório elaborado por: Adriano Nunes Borges
Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
248/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa alterar a redação dos caputs dos arts. 40 e 41 da Lei 14.223, de 26 de setembro de 2006, conhecida como “Cidade Limpa”. Segundo a justificativa, a propositura tem como objetivo “auxiliar os munícipes na adequação da Lei 14.223/06 de forma a evitar a penalização ostensiva e sumária quando da ocorrência da fiscalização”.

Conforme informa o parecer da egrégia Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, pela legislação vigente, “Constatada a irregularidade, o infrator poderá ser multado de imediato e intimado a regularizar o anúncio ou removê-lo em 5 (cinco) dias. Caso o anúncio apresente risco iminente de segurança o prazo para regularização será de 24 (vinte e quatro) horas. Esgotado o prazo para regularização da infração, sem que as providências necessárias tenham sido tomadas, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, que será reaplicada a cada 15 dias, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio. Tratando-se de anúncio com risco eminente de segurança o prazo para reaplicação da multa será reduzido para cada 24 (vinte e quatro) horas. O autor propõe que a primeira multa seja aplicada somente após cessar o prazo para regularização ou remoção do anúncio”. Ademais, o prazo para regularização ou remoção de anúncios seria ampliado, desde que não apresentem risco iminente de segurança, para 30 (trinta) dias. Essa Comissão apresentou substitutivo, acrescentando parágrafo único ao art. 41, estabelecendo, no caso de reincidência, o prazo para regularizar ou remover o anúncio estabelecido no inciso I (anúncio indicativo ou especial) será reduzido de 30 para 5 dias.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução

serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao mencionado substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de sanar falha na numeração dos artigos, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 248/11

Altera a redação dos artigos. 40 e 41 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Os artigos 40 e 41 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. A inobservância das disposições desta Lei, nos prazos estabelecidos no art. 41, sujeitará os infratores, nos termos de seu art. 32, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis:

I - multa;

II - cancelamento imediato da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;

III - remoção do anúncio." (NR)

"Art. 41. Verificada a irregularidade, nos termos desta Lei, os responsáveis serão intimados a regularizar o anúncio ou a removê-lo, quando for o caso, observados os seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias, no caso de anúncio indicativo ou especial;

II - 24 (vinte e quatro) horas, no caso de anúncio que apresente risco iminente.

Parágrafo único. Nos casos de reincidência, o prazo para regularizar ou remover o anúncio estabelecido no inciso I será reduzido para 5 (cinco) dias." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 248/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa alterar a redação dos caputs dos arts. 40 e 41 da Lei 14.223, de 26 de setembro de 2006, conhecida como "Cidade Limpa". Segundo a justificativa, a propositura tem como objetivo "auxiliar os municípios na adequação da Lei 14.223/06 de forma a evitar a penalização ostensiva e sumária quando da ocorrência da fiscalização".

De acordo com o parecer da egrégia Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, pela legislação vigente, "Constatada a irregularidade, o infrator poderá ser multado de imediato e intimado a regularizar o anúncio ou removê-lo em 5 (cinco) dias. Caso o anúncio apresente risco iminente de segurança o prazo para regularização será de 24 (vinte e quatro) horas. Esgotado o prazo para regularização da infração, sem que as providências necessárias tenham sido tomadas, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, que será reaplicada a cada 15 dias, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio. Tratando-se de anúncio com risco eminente de segurança o prazo para reaplicação da multa será reduzido para cada 24 (vinte e quatro) horas. O autor propõe que a primeira multa seja aplicada somente após cessar o prazo para regularização ou remoção do anúncio". Ademais, o prazo para regularização ou remoção de anúncios seria ampliado, desde que não apresentem risco iminente de segurança, para 30 (trinta) dias. Essa Comissão apresentou substitutivo, acrescentando parágrafo único ao art. 41, estabelecendo, no caso de reincidência, o prazo para regularizar ou remover o anúncio estabelecido no inciso I (anúncio indicativo ou especial) será reduzido de 30 para 5 dias.

Por seu turno, a colenda Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia também ofertou substitutivo, mantendo as alterações da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e estabelecendo multas menores para instituições sem fins lucrativos: a primeira multa passa de R\$ 10.000,00 para 1 salário mínimo por anúncio irregular, e o acréscimo de R\$ 1.000,00 para cada metro quadrado que exceder 4 metros quadrados passa a ser de R\$ 100,00. Esse substitutivo também inclui no art. 40 inciso com penalidade notificação e advertência por escrito, e altera o prazo para regularizar ou remover o anúncio, no caso de anúncio indicativo ou especial, de 30 para 90 dias.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao mencionado substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de aprimorar a redação, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 248/2011

Altera a redação dos artigos 40 e 41 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, **acrescenta os artigos 40-A e 40-B nessa mesma lei**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Os artigos 40 e 41 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. A inobservância das disposições desta Lei, nos prazos estabelecidos no art. 41, sujeitará os infratores, nos termos de seu art. 32, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis:

I – notificação e advertência por escrito;

II – multa;

III - cancelamento imediato da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;

IV - remoção do anúncio." (NR)

"Art. 40-A As instituições sem fins lucrativos que não estiverem de acordo com as normas legais **ficam sujeitas às** mesmas penalidades previstas no artigo 40 da presente lei.

"Art. 40-B As multas **às** instituições sem fins lucrativos irregulares serão aplicadas da seguinte forma:

I - primeira multa no valor de um salário mínimo por anúncio irregular;

II - acréscimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada metro quadrado que exceder os 4,00m² (quatro metros quadrados);

III - persistindo a infração após o prazo previsto no artigo 3º será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, reaplicada a cada 30 (trinta) dias a partir da lavratura da anterior, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio, sem prejuízo do ressarcimento, pelos responsáveis, dos custos relativos à retirada do anúncio irregular pela Prefeitura.

Parágrafo único. No caso do anúncio apresentar risco iminente, a segunda multa, bem como as reaplicações subsequentes, ocorrerão a cada 24 (vinte e quatro) horas a partir da lavratura da multa anterior até a efetiva remoção do anúncio.

"Art. 41. Verificada a irregularidade, nos termos desta Lei, os responsáveis serão intimados a regularizar o anúncio ou a removê-lo, quando for o caso, observados os seguintes prazos:

I - 90 (noventa) dias, no caso de anúncio indicativo ou especial;

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

II - 24 (vinte e quatro) horas, no caso de anúncio que apresente risco iminente.

Parágrafo único. Nos casos de reincidência, o prazo para regularizar ou remover o anúncio estabelecido no inciso I será reduzido para 5 (cinco) dias." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

21) PL 408/2012	Ver. QUITO FORMIGA (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO MC - MESTRE DE CERIMÔNIA, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 30 DE ABRIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: altera a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o Dia do MC – Mestre de Cerimônia, a ser comemorado anualmente no dia 30 de abril.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 12).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 13).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 408/2012

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o Dia do MC – Mestre de Cerimônia, a ser comemorado anualmente no dia 30 de abril.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Segundo justificativa do autor, “o Mestre de Cerimônia é o porta-voz que relata, através de articulações de rimas, os problemas, carências e experiências em geral. Além de descrever, também lança mensagens de alerta e orientação sobre o que anda ocorrendo na sociedade. Um MC é aquele que através de suas rimas mostra várias formas de reivindicação em relação às angústias e injustiças sofridas pelas classes sociais mais desfavorecidas, mostrando-lhes o poder da transformação.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 443/2012	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DE POLICIAIS MILITARES, CIVIS E GUARDAS MUNICIPAIS DA RESTRIÇÃO IMPOSTA QUANTO À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 29/04/2015 a pedido do Ver. Milton Leite. Adiado por 5 (cinco) sessões em 13/05/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: exclui os policiais militares, civis e guardas municipais de qualquer restrição quanto à circulação de veículo de sua propriedade, quando utilizado no trabalho diário. A exclusão aplica-se a um único veículo de cada profissional, considerando como tal, aquele de seu exclusivo trabalho, que deverá ter afixado em seu vidro dianteiro, selo adesivo identificador, a ser adquirido às expensas do beneficiário.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade. (fls. 51-54)

Comissão de Administração Pública: realizada uma audiência pública no dia 11/06/2014 (fls. 57) sem manifestações.

Essa comissão exarou parecer favorável (fls. 58). Há voto em separado (fls. 59).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 60).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Como afirmado no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (“Por se tratar de projeto que versa sobre a política municipal do meio ambiente, deverão ser convocadas durante sua tramitação pelo menos 2 (duas) audiências públicas, conforme art. 41, VIII, da Lei Orgânica

do Município” – fls. 54), a matéria é atinente à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Nesse sentido, sugere-se solicitar ao Sr. Presidente da Casa o pronunciamento prévio dessa Comissão.

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária.

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Marcia Akemi Endo – Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 443/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa excluir os policiais militares, civis e guardas municipais de qualquer restrição quanto à circulação de veículo de sua propriedade, quando utilizado no trabalho diário. A exclusão aplica-se a um único veículo de cada profissional, considerando como tal, aquele de seu exclusivo trabalho, que deverá ter afixado em seu vidro dianteiro, selo adesivo identificador, a ser adquirido às expensas do beneficiário.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PL 465/2012	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS EM TÁXIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas indicativas em táxis, no âmbito do Município de São Paulo.

Os motoristas de táxis ficariam obrigados a afixar, no interior dos veículos, em local de fácil visualização, placa indicativa contendo as seguintes informações, dentre outras:

I - nome completo do condutor e do permissionário;

II - número da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor e das placas do veículo;

III - endereço do ponto do táxi (quando houver);

IV - telefone comercial para contatos e reclamações.

A placa mencionada deverá ser escrita em fonte de tamanho compatível nas versões em português e inglês.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 46/48).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 49/50), com apresentação de substitutivo considerando “a existência da Lei Municipal nº 7.329/1969, que regulamentou a atividade” (fls. 49). O substitutivo altera a redação do art. 15 dessa lei, acrescentando alínea que se desdobra em 4 incisos.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 51/53) com substitutivo “que visa ajustar o substitutivo pela Comissão de Administração Pública, em consonância com a Lei Complementar 95/98 que dispõe sobre a melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 51). O substitutivo dessa Comissão altera a forma como a alínea é detalhada, trocando incisos por itens.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas seriam referentes à fiscalização e que são, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 465/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa dispor sobre a obrigatoriedade de afixação de placas indicativas em táxis, no âmbito do Município de São Paulo.

Os motoristas de táxis ficariam obrigados a afixar, no interior dos veículos, em local de fácil visualização, placa indicativa contendo as seguintes informações, dentre outras:

I - nome completo do condutor e do permissionário;

II - número da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor e das placas do veículo;

III - endereço do ponto do táxi (quando houver);

IV - telefone comercial para contatos e reclamações.

A placa mencionada deverá ser escrita em fonte de tamanho compatível nas versões em português e inglês.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou substitutivo considerando “a existência da Lei Municipal nº 7.329/1969, que regulamentou a atividade”. O substitutivo altera a redação do art. 15 dessa lei, acrescentando alínea que se desdobra em 4 incisos.

Por seu turno, a egrégia Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia também ofereceu substitutivo “que visa ajustar o substitutivo pela Comissão de Administração Pública, em consonância com a Lei Complementar 95/98 que dispõe sobre a melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 51). O substitutivo dessa Comissão altera a forma como a alínea é detalhada, trocando incisos por itens.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

24) PL 94/2013	Ver. ABOU ANNI (PV)	Votação			
DENOMINA RUA ADEMIR DE JESUS DA SILVA O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO PARALELO À RUA JOAQUIM AFONSO DE SOUSA E DELIMITADO NO ENTRONCAMENTO TRANSVERSAL DA RUA VANESS ATALANTA, NO BAIRRO VILA DOS ANDRADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: denomina Rua Ademir de Jesus da Silva o logradouro público inominado, paralelo à Rua Joaquim Afonso de Souza e delimitado no entroncamento transversal da Rua Vaness Atalanta, no bairro Vila dos Andrades.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 24), com resposta a fls. 26/31:

“não é bem público...não é oficial e não consta número de codlog para o logradouro... não é bem público e não se encontra denominado... À vista do informado supra, sugerimos o veto” – Secretaria Municipal de Licenciamento – Supervisão Geral de Informação – Supervisão de Cadastro de Logradouros (fls. 30).

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 32).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 33).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 34).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Não se trata de bem público, conforme informado a fls. 30 pelo Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 94/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa denominar Rua Ademir de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Jesus da Silva o logradouro público denominado, paralelo à Rua Joaquim Afonso de Souza e delimitado no entroncamento transversal da Rua Vaness Atalanta, no bairro Vila dos Andrades.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

25) PL 370/2013	Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. VAVÁ (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE MESTRE DE CAPOEIRA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 10/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: dispõe sobre a regulamentação da atividade de mestre de capoeira. De acordo com a propositura, ficam reconhecidas como profissões, as atividades de capoeira nas modalidades luta e esporte, tornando privativo do capoeirista profissional, dentre outras atividades, o desenvolvimento com crianças, jovem adultos das atividades esportivas e culturais que compõem a prática da capoeira em estabelecimentos de ensino e em academias, ministrar aulas e treinamento especializado em capoeira para atletas de diferentes esportes, instituições ou academias, avaliação e supervisão dos praticantes de capoeira, a elaboração de informes técnicos e científicos nas áreas de atividades físicas e do desporto ligados à capoeira.

A propositura determina que as unidades de ensino fundamental e médio deverão integrar em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música, além de atribuir aos órgãos públicos a promoção da prática da capoeira e a criação do Dia Municipal da Capoeira e do Capoeirista a ser comemorado anualmente no dia 12 de setembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 11/12)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 13/14), com sugestão de encaminhamento para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 16)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: solicitou quesitos ao Executivo (fls. 19) com respostas às fls. 21/52

Secretaria de Cultura (fls. 32/33): "Não obstante os méritos da iniciativa, do ponto de vista jurídico, somos obrigados a reconhecê-lo como inconstitucional, ao menos em parte (...)

(...) o cerne da propositura é, justamente, o reconhecimento dessa "atividade de capoeirista" como "profissão", sendo que segundo o disposto no artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

O problema, no caso, é que compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do artigo 22, inciso I da Constituição(...)

Com isso, retornamos-lhe o presente opinando pela inviabilidade do Projeto de Lei nº370/2013, tal como proposto, considerando-se em confronto à Constituição Federal, no tocante à repartição de competências legislativas, além de inoportuno ou inconveniente, vale dizer, por conta do estágio atual de tramitação do PLC 31/2009 *[PLC que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira]* no Congresso Nacional.”
Secretaria de Educação (fls. 42): “(...) em que pese a importância da capoeira como expressão da cultura popular e em especial, da cultura afro-brasileira na cidade de São Paulo, somos pela inviabilidade do prosseguimento da presente proposição, uma vez que o reconhecimento da profissão de capoeirista depende de norma federal, sendo de competência da União, e como expressão cultural e patrimônio do nosso país já faz parte da base curricular nacional comum do ensino básico.”

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação sugeriu veto total ao Projeto (fls. 52), ou “(...) a sanção tão-somente do artigo 8º da proposição, caso o Excelentíssimo Senhor Prefeito conclua pela possibilidade de criação de mais uma data comemorativa para a capoeira, ainda que em desconformidade com a Semana da Capoeira consoante estabelecida pela Lei nº14.485/07, que finaliza no feriado da Consciência Negra (Lei nº13.707/04)” (fls. 52).

A Comissão exarou parecer **contrário** (fl. 53).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fl. 54).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O artigo 6º, inciso I, e o artigo 7º implicariam novas despesas de caráter continuado com a contratação de capoeiristas (no caso da inclusão da capoeira na grade curricular como determina o artigo 7º e o inciso I do art. 6º que torna privativa do capoeirista o ensino da capoeira em instituições de ensino);

- dada as atividades privativas estipuladas no artigo 6º e seus incisos, podem ocorrer novas despesas de caráter continuado em relação à fiscalização de estabelecimentos de ensino, academias e outros estabelecimentos relacionados à prática deste tipo de atividade.

Ou seja, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária.

Os demais itens, em tese, implicam em despesas normalmente previstas (como a criação do Dia da Capoeira ou a promoção dessa atividade, que segundo resposta aos quesitos da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, já ocorre).

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 370/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Jair Tatto e Vavá, visa dispor sobre a regulamentação da atividade de mestre de capoeira.

De acordo com o proposto, ficam reconhecidas como profissões as atividades de capoeira nas modalidades luta e esporte, tornando privativo do capoeirista profissional, dentre outras atividades, o desenvolvimento com crianças, jovens adultos das atividades esportivas e culturais que compõem a prática da capoeira em estabelecimentos de ensino e em academias, ministrar aulas e treinamento especializado em capoeira para atletas de diferentes esportes, instituições ou academias, avaliação e supervisão dos praticantes da modalidade, a elaboração de informes técnicos e científicos nas áreas de atividades físicas e do desporto ligados à capoeira.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A propositura determina, ademais, que as unidades de ensino fundamental e médio deverão integrar em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música, além de atribuir aos órgãos públicos a promoção da prática da modalidade e a criação do Dia Municipal da Capoeira e do Capoeirista, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de setembro.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

26) PL 390/2013	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
DISPÕE SOBRE O "ATENDIMENTO AOS ALUNOS DEFICIENTES SURDOS-MUDOS E VISUAIS NOS CURSINHOS PREPARATÓRIOS PARA O PRÉ-VESTIBULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: institui o atendimento específico aos alunos Deficientes Surdos-Mudos, através da "Linguagem Brasileira de Sinais" (Libra), e aos Deficientes Visuais através do método Braille, em todos os cursinhos preparatórios para o pré-vestibular ministrados no Município de São Paulo.

Determina que o atendimento através da Linguagem de Libras para os alunos deficientes surdos-mudos deverá ser feito através de tradução simultânea das aulas por profissionais devidamente habilitados, e o atendimento aos deficientes visuais deverá ser feito através do "Método Braille"; os alunos regularmente matriculados nos cursinhos pré-vestibulares deverão comunicar qual a necessidade especial no ato da matrícula.

Prevê ainda multa pelo seu descumprimento e a correção de seu valor monetário.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa. (fls. 76 a 79)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, nos termos do substitutivo da CCJLP. (fls. 80/81)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: solicitou quesitos ao Executivo (fl.82), com respostas as folhas 84/93.

SME/Diretoria de Orientação Técnica – Educação Especial: "...a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo não mantém ou regulamenta cursinhos preparatórios pré-vestibular, deste modo, não há como avaliarmos a pertinência do Projeto de Lei" (fl.90)

SME/Secretario Municipal de Educação "A propositura não encontra razões para prosperar, posto

que os cursinhos pré-vestibular constituem-se em cursos livres não integrando qualquer das etapas da Educação Básica, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Assim, não são regulamentados ou mesmo fiscalizados pelo Poder Público Municipal” (fl.93)

A Comissão exarou parecer **favorável**, mas considerando que “os valores estabelecidos no PL para multas no caso de infração de suas disposições não encontram equilíbrio com os custos de sua implementação”, “é preciso isentar os cursinhos comunitários e filantrópicos da obrigatoriedade do disposto neste Projeto de Lei, incidindo apenas aos cursinhos mantidos por instituições particulares com fins lucrativos” e que “o texto do PL carece do ajuste de certas expressões e da terminologia adotada”, **apresentaram substitutivo acolhendo “assim as sugestões apresentadas pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência**, por meio da Coordenadoria de Projetos de Inclusão, estendendo a referida obrigatoriedade à outras modalidades de curso como os cursos para concurso público, línguas e informática, entre outros”. (fls. 94 a 96).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável, nos termos do substitutivo da CCJLP. (fl. 98)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Criação de novas despesas com fiscalização, não estimadas.

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 390/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa instituir o atendimento específico aos alunos Deficientes Surdos-Mudos, através da “Linguagem Brasileira de Sinais” (Libra), e aos Deficientes Visuais através do método Braille, em todos os cursinhos preparatórios para o pré-vestibular ministrados no Município de São Paulo.

Determina a propositura que o atendimento através da Linguagem de Libras para os alunos deficientes surdos-mudos deverá ser feito através de tradução simultânea das aulas por profissionais devidamente habilitados, e o atendimento aos deficientes visuais deverá ser feito através do “Método Braille”. Os alunos regularmente matriculados nos cursinhos pré-vestibulares deverão comunicar qual a necessidade especial no ato da matrícula.

Finalmente, prevê multa pelo seu descumprimento e a correção de seu valor monetário.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

A colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes emitiu parecer favorável, mas, considerando que “os valores estabelecidos no PL para multas no caso de infração de suas disposições não encontram equilíbrio com os custos de sua implementação”, ponderou ser “preciso isentar os cursinhos comunitários e filantrópicos da obrigatoriedade do disposto neste Projeto de Lei, incidindo apenas aos cursinhos mantidos por instituições particulares com fins lucrativos” e que “o texto do PL carece do ajuste de certas expressões e da terminologia adotada”, apresentando substitutivo acolhendo

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

“assim as sugestões apresentadas pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, por meio da Coordenadoria de Projetos de Inclusão, estendendo a referida obrigatoriedade a outras modalidades de curso como os cursos para concurso público, línguas e informática, entre outros”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

27) PL 439/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE SEGURANÇA A SEREM IMPLANTADAS NAS EDIFICAÇÕES QUE MANTIVEREM ESCADAS ROLANTES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre condições obrigatórias de segurança a serem implantadas nas edificações que mantiverem escadas rolantes no âmbito do Município de São Paulo, sem prejuízo de outras normas técnicas ou jurídicas aplicáveis a estas instalações.

O projeto estabelece que são condições mínimas de segurança necessárias na instalação, manutenção ou conservação de escadas rolantes de deslocamento de pessoas, além de outras que se fizerem necessárias: i) travas rígidas verticais colocadas nos acessos superior e inferior que impeçam o ingresso de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebê e que dificultem o acesso transversal de pessoas ao primeiro degrau; ii) placas indicativas nas duas extremidades, que informem expressamente quais são os usuários permitidos ou impedidos de utilizarem as escadas rolantes.

É prevista uma multa (atualizada pelo IPCA) no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) em caso de infração, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de estender a aplicabilidade da norma que a propositura visa instituir também aos estabelecimentos públicos, em obediência ao princípio constitucional da isonomia, prevendo a adequação gradual dos estabelecimentos já existentes para que seja observada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00”. (fls. 44-45).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas às fls. 46-65 (com menção ao projeto à folha 62) e 66-68 (com menção ao projeto à fl. 68). Não houveram inscritos.

Parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 69-70).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 71-72).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 73).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com a fiscalização destes dispositivos de segurança, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Além disso, o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa estendeu a aplicabilidade da norma também aos estabelecimentos públicos, o que geraria uma despesa com a instalação das travas e das placas indicativas.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissa/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 439/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa estabelecer condições obrigatórias de segurança a serem implantadas nas edificações que mantiverem escadas rolantes no âmbito do Município de São Paulo, sem prejuízo de outras normas técnicas ou jurídicas aplicáveis a estas instalações.

O projeto estabelece que são condições mínimas de segurança necessárias na instalação, manutenção ou conservação de escadas rolantes de deslocamento de pessoas, além de outras que se fizerem necessárias: i) travas rígidas verticais colocadas nos acessos superior e inferior que impeçam o ingresso de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebê e que dificultem o acesso transversal de pessoas ao primeiro degrau; ii) placas indicativas nas duas extremidades, que informem expressamente quais são os usuários permitidos ou impedidos de utilizarem as escadas rolantes.

É prevista uma multa (atualizada pelo IPCA) no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) em caso de infração, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de estender a aplicabilidade da norma que a propositura visa instituir também aos estabelecimentos públicos, em obediência ao princípio constitucional da isonomia, prevendo a adequação gradual dos estabelecimentos já existentes para que seja observada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

28) PL 475/2013	Ver. ABOU ANNI (PV)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 13.207, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001, PARA DISPOR EXPRESSAMENTE QUE A ATRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO E AUXÍLIO AOS USUÁRIOS DOS ÔNIBUS QUE INTEGRAM O SISTEMA DO TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO COMPETE AO COBRADOR DE TARIFA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 10/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: altera a Lei nº 13.207, de 09 de novembro de 2001, que dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município e dá outras providências, para dispor expressamente que a atribuição da orientação e auxílio aos referidos usuários compete ao cobrador de tarifa.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 39).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 40-41).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 42-43).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura não tem impacto orçamentário-financeiro no atual arranjo institucional do sistema de transporte por ônibus, uma vez que não altera a estrutura de custos das empresas de ônibus nem demanda novos serviços por parte do Poder Público. Todavia, é de se ressaltar que a redução dos custos das empresas de ônibus poderia reduzir os aportes do Município à conta de subsídio ao sistema de transporte, liberando recursos para aplicação em outras áreas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 475/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa alterar a Lei nº 13.207, de 09 de novembro de 2001, que dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município, e dá outras providências, para dispor

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

expressamente que a atribuição da orientação e auxílio aos referidos usuários compete ao cobrador de tarifa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

29) PL 513/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE O TEMPO MÁXIMO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO DOS CONSUMIDORES NOS CAIXAS DE SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 3 (três) sessões a pedido do Ver. Ricardo Nunes em 22/04/2015. Adiado por 2 (duas) sessões em 13/05/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 4 (quatro) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

ASSUNTO: O projeto obriga os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta lei, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: "O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos." Estabelece ainda cláusula de multa no caso de não cumprimento e reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo "para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa" (fls. 11 a 14).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15 e 16).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto implica despesa obrigatória de caráter continuado referente à fiscalização do cumprimento da norma.

Tendo em vista o impacto financeiro sobre o custo dos estabelecimentos que terão que, eventualmente,

contratar mais pessoal e instalar sistemas para fornecimento de senhas, sugerimos a realização de audiência pública para ouvir os representantes do setor.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa – Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 513/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa obrigar os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta proposição, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos.” Estabelece ainda cláusula de multa aos infratores.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 513/2013

De autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, o presente projeto de lei objetiva obrigar os mercados, supermercados e hipermercados, inclusive lojas de conveniência, instalados no Município de São Paulo a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera de até 20 (vinte) minutos. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

Determina ainda que será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta proposição, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: “O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos.” Estabelece ainda cláusula de multa aos infratores.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para fixar o valor da multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96, e também para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Contudo, a fim de evitar o ônus sobre supermercados de menor porte e também estabelecer

que um percentual mínimo de caixas de atendimento funcionem, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 513/2013

Dispõe sobre o tempo máximo de espera na fila para atendimento final dos usuários nos supermercados e hipermercados instalados no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A :

Art. 1º Os supermercados e hipermercados instalados no Município de São Paulo, **com número de caixas de atendimento igual ou superior a 10 (dez)**, ficam obrigados a prestar atendimento em seus caixas dentro do tempo máximo de espera estabelecido nesta lei.

Art. 2º O tempo máximo para atendimento dos usuários nos caixas dos supermercados e hipermercados de que trata esta lei é de até 20 (vinte) minutos.

§ 1º Para efeito de controle do tempo máximo de espera até o atendimento nos caixas, deverão ser fornecidos bilhetes ou senhas onde constarão impressos os horários de início da espera e o atendimento nos caixas.

§ 2º O número de caixas em funcionamento simultâneo não pode ser inferior a 80% (oitenta por cento) do total de caixas instalados.

Art. 3º Será obrigatória a afixação de placas informativas nos locais abrangidos por esta lei, em local visível e de fácil leitura, contendo o número da lei, seu autor e os seguintes dizeres: "O tempo máximo de espera dos consumidores, nos caixas deste estabelecimento, não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos".

Art. 4º A infração às disposições desta lei determinará a aplicação das seguintes penalidades:

I – advertência na primeira ocorrência;

II – multa no valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) na reincidência;

III – multa no valor de R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais) na segunda reincidência;

IV – multa no valor de R\$ 1.840,00 (mil, oitocentos e quarenta reais) na terceira reincidência;

V - multa no valor de R\$ 3.680,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais) na quarta e subsequentes reincidências.

§ 1º Considera-se reincidência para fins da presente lei, a constatação de nova infração no prazo de 1 (um) mês, após a lavratura do auto de infração.

§ 2º O valor da multa de que trata este artigo deverá atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no exercício anterior, sendo que no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado por legislação federal, que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 5º Os supermercados e hipermercados deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, tomar as medidas necessárias a seu fiel cumprimento.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

30) PL 565/2013	Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	Votação			
DENOMINA PRAÇA JOSÉ CASIMIRO DA SILVA, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIA DAS SEGUINTE RUAS: RUA AGRESTE DE ITABAIANA, RUA ANTÔNIO OLÍMPIO, RUA CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ, RUA SILVIO RIBEIRO DOS SANTOS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 10/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: denomina Praça José Casimiro da Silva, o espaço livre inominado delimitado pelas ruas Agreste de Itabaiana, Antônio Olímpio e Cristalândia do Piauí.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl.25), com respostas às folhas 27 a 30. Exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adequar o texto do projeto à melhor técnica legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo (...) que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro" (fls. 31/32).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.33)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.34)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto gerará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 565/2013**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Juliana Cardoso, visa denominar Praça José Casimiro da Silva o espaço livre inominado delimitado pelas ruas Agreste de Itabaiana, Antônio Olímpio e Cristalândia do Piauí.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o texto do projeto à melhor técnica legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo (...) que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é, portanto, o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

31) PL 665/2013	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.454, DE 27 DE JUNHO DE 2007, PARA DEFINIR PADRÃO VISÍVEL EM EMPLACAMENTO NUMÉRICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, para definir padrão visível em emplacamento numérico.

O art. 14 da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Os imóveis edificadas deverão ter seu emplacamento numérico efetuado em padrão, preferencialmente com placa metálica, números escritos em algarismo arábico, com altura mínima de **15 cm** (quinze centímetros) afixados no muro de alinhamento ou na fachada.” (NR)

Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007:

Art. 14. Os imóveis edificadas deverão ter seu emplacamento numérico efetuado em padrão e local visíveis.

§ 1º A Prefeitura fornecerá ao interessado, mediante solicitação, a numeração oficial do imóvel a ser emplacado.

§ 2º Os lotes não edificadas poderão receber numeração, desde que solicitada pelo interessado ou a critério da Administração.

§ 3º A placa numérica da edificação deverá ser afixada na parte frontal do imóvel, junto à sua entrada principal.

§ 4º Os interessados poderão, mediante requerimento e pagamento de valor a ser fixado pelo Executivo, solicitar à Prefeitura o fornecimento de placa numérica "padrão".

§ 5º No caso da adoção de solução arquitetônica ou estética diferenciada, as seguintes exigências deverão ser observadas:

I - o elemento numérico não poderá, em qualquer hipótese, dificultar a circulação de pedestres na calçada;

- II - não poderá constituir-se em obstáculo ou proporcionar perigo a deficientes visuais;
- III - a grafia dos algarismos utilizados deverá proporcionar fácil compreensão.

A Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, foi regulamentada pelo **Decreto Nº 49.346**, de 27 de março de 2008.

“EMPLACAMENTO NUMÉRICO DE IMÓVEIS
NORMAS GERAIS

Art. 31. Todos os imóveis situados no Município deverão ter seu emplacamento numérico efetuado em padrão e local visíveis.

...

Art. 37. No caso de adoção de solução arquitetônica ou estética diferenciada ou de adoção de placa numérica padrão, deverão ser observadas as seguintes exigências:

I - o elemento numérico não poderá, em qualquer hipótese, dificultar a circulação de pedestres na calçada, constituir-se em obstáculo ou proporcionar perigo a deficientes visuais;

II - a grafia dos algarismos utilizados deverá proporcionar fácil compreensão e será feita em algarismos arábicos com altura mínima de **10 cm** (dez centímetros);

III - o número deverá ser instalado à altura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) em relação ao passeio, de frente para o logradouro, em local visível, junto à entrada principal do imóvel;

IV - o número deverá estar contido dentro dos limites do imóvel, não podendo apresentar apoios ou elementos que se projetem sobre o passeio.

Parágrafo único. No caso de imóveis edificadas no alinhamento, o número poderá avançar sobre o passeio, no máximo, 2,5cm (dois centímetros e cinco milímetros), desde que atendidas as demais condições.

Art. 38. Os proprietários dos imóveis ou seus prepostos que receberem numeração ou tiverem-na alterada, em prazo de até 30 (trinta) dias, serão notificados pela Subprefeitura competente para providenciar o emplacamento numérico de que trata o artigo 37 deste decreto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da notificação ou da retirada do Certificado de Conclusão, do Auto de Regularização ou do Alvará de Conservação, nos casos previstos no inciso II do "caput" do artigo 36.

§ 1º. A notificação deverá conter informações sobre o tipo, nome ou designativo do logradouro, número cancelado, se for o caso, e número concedido.

§ 2º. A placa com o número cancelado poderá ser mantida no imóvel pelo prazo máximo de 1 (um) ano após o recebimento da notificação, devendo, então, ser removida.

Art. 39. Os proprietários poderão requerer à Subprefeitura competente o fornecimento de placa numérica, pagando o correspondente preço público, no prazo referido no artigo 38 deste decreto, por ocasião do protocolamento do alvará de licença para edificar ou do pedido de regularização ou, ainda, do processo administrativo a que se referem o inciso I do "caput" e o § 2º de seu artigo 36.

Parágrafo único. As placas de numeração, quando fornecidas pela Subprefeitura competente, serão as placas-padrão.

Art. 40. A Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP expedirá portaria, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste decreto, estabelecendo o modelo da placa a ser adotada, os documentos necessários para a instrução do processo administrativo a que se referem o inciso I do "caput" e o § 2º do artigo 36, bem como eventuais outras providências pertinentes.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 40-41) pela legalidade, com substitutivo “proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: (fls. 42-44) Favorável, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A mudança no padrão das placas, com aumento da altura dos algarismos, de 10 para 15 cm, para dar maior visibilidade aos números, irá gerar despesas em montante que sugerimos questionar ao Executivo. Observamos também que com a alteração proposta, somem todos os parágrafos e incisos do art. 14 da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007.

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 665/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa alterar a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, para definir padrão visível em emblema numérico.

O art. 14 da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Os imóveis edificados deverão ter seu emblema numérico efetuado em padrão, preferencialmente com placa metálica, números escritos em algarismo arábico, com altura mínima de **15 cm** (quinze centímetros) afixados no muro de alinhamento ou na fachada.” (NR)

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

32) PL 698/2013 Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS)		Votação			
ALTERA A LEI Nº 12.407, DE 03 DE JULHO DE 1997, PARA TORNAR OBRIGATÓRIO O USO DE KIT INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO DE USO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 5 (cinco) sessões em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton

Leite.
ASSUNTO: altera a Lei nº 12.407, de 03 de julho de 1997, que torna obrigatório o uso de material de proteção, a ser descartado após a utilização, nos instrumentos manuseados em estabelecimentos de assistência odontológica, e dá outras providências. A propositura passa a obrigar que os estabelecimentos de assistência odontológica no âmbito do Município de São Paulo utilizem kit instrumental odontológico individual, esterilizado de uso único, que contenha sonda, espelho, bandeja, pinça, sugador e babador.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 40 a 42).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 43 e 44).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer contrário (fl. 45).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto implicará despesa obrigatória de caráter continuado (custos administrativos, de fiscalização e, no caso de serviços odontológicos fornecidos pelo Município, de implementação da política). Sugere-se o envio de quesitos ao Executivo para avaliar a magnitude do impacto orçamentário-financeiro e o custo-benefício da política.

Elaboração: Buno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 698/2013

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Sandra Tadeu, visa alterar a Lei nº 12.407, de 03 de julho de 1997, que torna obrigatório o uso de material de proteção, a ser descartado após a utilização, nos instrumentos manuseados em estabelecimentos de assistência odontológica.

A propositura obriga que os estabelecimentos de assistência odontológica no âmbito do Município de São Paulo utilizem kit instrumental odontológico individual, esterilizado, de uso único, que contenha sonda, espelho, bandeja, pinça, sugador e babador.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

33) PL 846/2013	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA NELA INCLUIR O DIA MUNICIPAL DO LARINGECTOMIZADO, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 11 DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 10/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir o “Dia Municipal do Laringectomizado”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

O projeto define ainda que o objetivo da data é promover a detecção precoce do câncer de laringe, divulgando para a população as formas de prevenção e tratamento disponíveis que visem reabilitar o paciente, integrando-o à vida familiar, social e laboral, propiciando assistência especializada sistematizada e de natureza interdisciplinar, bem como viabilizar programas educacionais, seminários, palestras, reuniões de apoio, entre outros, necessários ao processo terapêutico, de forma a resgatar o retorno à vida, pois “Comunicação é um direito”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls.12).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls.13).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implica despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 846/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir o “Dia Municipal do Laringectomizado”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

A propositura define ainda que o objetivo da data é promover a detecção precoce do câncer de laringe, divulgando para a população as formas de prevenção e tratamento disponíveis que visem reabilitar o paciente, integrando-o à vida familiar, social e laboral, propiciando assistência especializada sistematizada e de natureza interdisciplinar, bem como viabilizar programas educacionais, seminários, palestras, reuniões de apoio, entre outros, necessários ao processo terapêutico, de forma a resgatar o retorno à vida, pois “Comunicação é um direito”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Favorável, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

34) PL 90/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
FICA CRIADA A SEMANA SOCIOCULTURAL CRISTÃ NO ÂMBITO DA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: Dispõe sobre a criação da Semana Sociocultural Cristã no âmbito da Cidade de São Paulo, a ser lembrada, anualmente, na segunda quinzena do mês de Abril.

Segundo o art. 2º, durante a Semana ora instituída, o Poder Público Municipal divulgará este evento através de panfletos e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, distribuindo material didático, oferecendo palestras e realizando shows com o intuito de divulgar a cultura Cristã dentro da sociedade. O parágrafo único deste artigo diz que poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para a realização da semana a que se refere essa Lei.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adequar a propositura “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como retirar o art. 2º da proposta, vez que ela cuida de ato concreto da administração, não havendo como negar a violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes”. (fls. 49/50).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 51).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em relação a proposta original, ressaltamos que o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado (uma vez que o art 2º diz que “o Poder Público Municipal divulgará este evento através de panfletos e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, distribuindo material didático, oferecendo palestras e realizando shows com o intuito de divulgar a cultura Cristã dentro da sociedade), sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

O substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa retirou o art. 2º (“uma vez que ela cuida de ato concreto da administração, não havendo como negar a violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes”), e, dessa forma, a aprovação da presente proposição na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa geraria custos, em tese, já previstos.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 90/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa dispor sobre a criação da Semana Sociocultural Cristã no âmbito da Cidade de São Paulo, a ser lembrada, anualmente, na segunda quinzena do mês de Abril.

Segundo o art. 2º, durante a Semana ora instituída, o Poder Público Municipal divulgará este evento através de panfletos e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, distribuindo material didático, oferecendo palestras e realizando shows com o intuito de divulgar a cultura Cristã dentro da sociedade. O parágrafo único deste artigo diz que poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para a realização da semana a que se refere essa Lei.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adequar a proposição “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como retirar o art. 2º da proposta, vez que ela cuida de ato concreto da administração, não havendo como negar a violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

35) PL 211/2014 Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DENOMINA PRAÇA CLARA ALVES DA SILVA, A PRAÇA SEM NOME SITO ENTRE AS RUAS BAIA DE SÃO JOSÉ, ALT. DO Nº 324 E R. DR. ARAÚJO DE CASTRO, ALT. DO Nº 159, SUBDISTRITO DE JARDIM PERI SUBPREFEITURA DA CASA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: denomina Praça Clara Alves da Silva, a praça sem nome situada entre as Ruas Baia de São José, alt. do nº 324, e Dr. Araujo de Castro, alt. do nº 159, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 33), com resposta a fls. 34/38.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 39/40), apresentando substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls. 39).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 41).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 42).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas. Contudo, há necessidade de novo substitutivo, tendo em vista equívoco de redação na ementa (fls. 39 – “**especificada**”) e no art. 1º (fls. 40 – nome da Rua Dr. Araújo Castro e não Araujo, conforme fls. 35) do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 211/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa denominar Praça Clara Alves da Silva, a praça sem nome situada entre as Ruas Baia de São José, alt. do nº 324, e Dr. Araujo de Castro, alt. do nº 159, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Contudo, tendo em vista equívoco redacional na ementa e no art. 1º do substitutivo referido, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 211/2014

Denomina Praça Clara Alves da Silva o logradouro público inominado que especifica, situado no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Praça Clara Alves da Silva o espaço livre delimitado pelas Ruas Baía de São José e Dr. Araújo Castro (Setor 108 - quadras 99 e 105), no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

36) PL 214/2014 Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)		Votação			
DENOMINA VIELA JOSÉ BARBARA DA SILVA, SITO ENTRE AS RUAS BAIA DE SÃO JOSÉ, ALT. DO Nº 122 E R.SALES MALHEIROS, ALT. DO Nº 200, SUBDISTRITO DE JARDIM PERI, SUBPREFEITURA DA CASA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: denomina Viela José Barbara da Silva, situada entre a Rua Baía de São José, altura do nº 122, e Rua Sales Malheiros, altura do nº 200, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 31), com resposta a fls. 32/36.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”. A ementa do substitutivo é:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

“Denomina Viela José Bárbara da Silva, codlog 65.669-0, a viela 12, que começa na Rua Baía de São José, altura do número 201 e termina na Rua Doutor Araújo Castro (setor 108 - quadras 100, 101, 103 e 104) no Distrito de Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, Município de São Paulo, e dá outras providências.” (fls. 37).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 39).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 40).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente orçadas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 214/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa denominar Viela José Barbara da Silva, situada entre a Rua Baía de São José, altura do nº 122, e Rua Sales Malheiros, altura do nº 200, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa solicitou informações ao Executivo, apresentando substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”. A ementa do substitutivo tem a seguinte redação: “Denomina Viela José Bárbara da Silva, codlog 65.669-0, a viela 12, que começa na Rua Baía de São José, altura do número 201 e termina na Rua Doutor Araújo Castro (setor 108 - quadras 100, 101, 103 e 104) no Distrito de Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, Município de São Paulo, e dá outras providências.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

37) PL 366/2014 Ver. ABOU ANNI (PV)		Votação			
DENOMINA PRAÇA GILBERTO BUENO O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO, SITUADO NA INTERSEÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE COM A RUA PROFESSOR GERALDO ATALIBA, LOCALIZADO NO BAIRRO ITAIM BIBI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: Denomina Praça Gilberto Bueno o logradouro público inominado, situado na interseção da Avenida Presidente Juscelino Kubitschek com a Rua Professor Geraldo Ataliba, localizado no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura Pinheiros.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: Solicitou quesitos ao Executivo (fl. 30), com resposta às folhas 31-33.

Exarou parecer pela legalidade, com substitutivo, que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 32 dos autos.”(fls. 34/35)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 36).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 37).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves- Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 366/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa denominar Praça Gilberto Bueno o logradouro público inominado, situado na interseção da Avenida Presidente Juscelino Kubitschek com a Rua Professor Geraldo Ataliba, localizado no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura Pinheiros.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 32 dos autos.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

38) PL 413/2014	Ver. CORONEL CAMILO (PSD)	Votação			
INSTITUI O "DIA DO VIZINHO" A SER COMEMORADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE CADA ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: altera a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Vizinho, a ser comemorado no dia 23 de dezembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adaptar a propositura “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”. (fls. 12-13).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 14).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:
Despesas, em tese, previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 413/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Camilo, visa alterar a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Vizinho, a ser comemorado no dia 23 de dezembro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adaptar a propositura “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Legislação Participativa.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

39) PL 466/2014 Ver. CALVO (PMDB)		Votação		
DISPÕE SOBRE A EMENDA DA LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM O FIM DE INCLUIR NOVO INCISO AO ARTIGO 7º DESSA LEI PARA INSTITUIR A QUINZENA DO NAUTIMODELISMO, QUE OCORRERÁ NAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS DO MÊS DE OUTUBRO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)				
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 10/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015 devido ao encerramento da Reunião. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Quinzena do Nautimodelismo, que ocorrerá nas duas primeiras semanas do mês de outubro, podendo ser realizados campeonatos nos parques públicos que disponham de lago, sendo ato discricionário do Poder Executivo a concessão dos espaços públicos; atividades de fomento ao nautimodelismo poderão ser desenvolvidas pelas associações do segmento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 10/11), com apresentação de substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998” – fls. 10 (o substitutivo exclui a possibilidade de realização de campeonatos).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 12).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 466/2014

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Quinzena do Nautimodelismo, que ocorrerá nas duas primeiras semanas do mês de outubro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

40) PL 63/2015	Ver. TONINHO PAIVA (PR); Ver. JOSE AMERICO (PT)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007 com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo, a Taça Cidade de São Paulo de Bocha e Bolão, a ser comemorada anualmente, no dia 25 do mês de Janeiro e dá outras providências.	Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 devido ao encerramento da Reunião.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo, a Taça Cidade de São Paulo de Bocha e Bolão, a ser comemorada anualmente, no dia 25 do mês de janeiro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de “Substitutivo a seguir, a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 11/12).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 13)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto gerará despesas, em tese, normalmente previstas.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 63/2015
DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Toninho Paiva e José Américo, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo, a Taça Cidade de São Paulo de Bocha e Bolão, a ser comemorada anualmente, no dia 25 do mês de janeiro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimentos

41) REQ. FIN 46/2015	Ver. ABOU ANNI (PV)
Data do Requerimento: 16/07/2015	

REQUEIRO ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Nobre Vereador José Police Neto, com fulcro no artigo 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, que seja oficiado o Ilmo. Diretor Superintendente da empresa SOCICAM, Sr. José Mário Lima de Freitas, a fim de remeter a esta Douta Comissão cópias do Termo de Referência e Termo de aditivos de números 1, 2, 4, 5, 7 e 8 firmados ao CONTRATO nº. 2009/0087-01-00 entabulado pela aludida empresa com a São Paulo Transporte S.A, referente à prestação do serviço de administração e apoio à operação, manutenção civil, elétrica, hidráulica e manutenção de tecnologia da informação, nos terminais, estações de transferência e paradas da SPTrans, bem como manutenção de tecnologia da informação para os corredores, abrangendo as respectivas áreas de estocagem, túneis, passarelas de acesso, rampas e passeios, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Por sua vez, urge observar que a cláusula nona, item 9.1.4 do contrato em tela, preconiza ser dever e responsabilidade da contratada manter durante a sua execução todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao ajuste, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93, todavia, consta do termo aditivo nº. 3, cláusula segunda, item 2.1.2 a supressão de 1,4974% sobre o valor total do contrato devido a exclusão do item 4.3 e subitens 4.3.1 e 4.3.2 da cláusula quarta, que se referem a obrigatoriedade da contratada em fornecer móveis, utensílios e equipamentos conforme itens 6.8.4 e 6.8.5 do Anexo II – Termo de Referência. Consoante noção cedida, cogente se faz instar a contratada SOCICAM se manifestar sobre as seguintes questões:

1 – Quais as justificativas que ensejara a exclusão do item 4.3 e subitens 4.3.1 e 4.3.2 da cláusula quarta do CONTRATO nº. 2009/0087-01-00?

2 – A exclusão da cláusula estabelecendo ser obrigação da contratada fornecer móveis, utensílios e equipamentos necessários ao objeto do contrato, conforme relação e classificação descrita nos itens 6.8.4 e 6.8.5 – Classificação do Porte do Terminal, do Anexo II – Termo de Referência, assim como de subitens estabelecendo que tais bens seriam incorporados ao patrimônio da SPtrans ao final da vigência do contrato não configura BURLA AO PROCESSO LICITATÓRIO?

3 – Qual a formula utilizada para obter a percentagem de 1,4974% aplicada sobre o valor total do ajuste e considerada para fim da supressão do item 4.3 e subitens 4.3.1 e 4.3.2 da cláusula quarta?

A propósito, o deferimento do presente requerimento é de mister, ex vi do artigo 32, XII, da Lei Orgânica do Município. Outrossim, por ser a matéria atinente à função fiscalizadora desta Comissão, cogente se faz aprovar o requerimento em questão. Por ser medida que se impõe!

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

42) REQ. FIN 47/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
Data do Requerimento: 20/07/2015	
<p>REQUEIRO, a douta Comissão de Finanças, na pessoa do seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja oficiado o Secretário de Transportes Sr. Jilmar Tatto, no seguinte sentido:</p> <p>Considerando a controvertida decisão do executivo em reduzir as velocidades máximas permitidas aos automóveis que trafegam pelas marginais Tietê e Pinheiros;</p> <p>Considerando que a gestão justifica tal medida diante de uma possível diminuição de acidentes e mortes nas referidas vias;</p> <p>Considerando ainda, que as Marginais são dotadas em toda sua extensão de radares eletrônicos de velocidade.</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Por todo o exposto, requer seja encaminhada a esta Comissão:

1 - Cópia integral de todos os contratos vigentes e aditivos acerca da terceirização para fiscalização de trânsito (radares) no município de São Paulo em especial aqueles operados nas marginais.

2 - Cópias dos respectivos laudos ou atestados de aferição com data da última checagem pelo órgão competente.

3 - Informar o volume de multas nestas vias destacando-as por tipo e valor de penalidade compreendendo os últimos 04 anos.

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

43) REQ. FIN 48/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
Data do Requerimento: 20/07/2015	
<p>REQUEIRO, a douta Comissão de Finanças, na pessoa do seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja oficiado o Secretário de Transportes Sr. Jilmar Tatto, no seguinte sentido:</p> <p>Considerando a controvertida decisão do executivo em reduzir as velocidades máximas permitidas aos automóveis que trafegam pelas marginais Tietê e Pinheiros;</p> <p>Requer seja encaminhada a esta Comissão copia dos estudos técnicos e de impacto que teriam sido feitos pela Prefeitura para justificar a redução do limite de velocidade máxima das referidas vias.</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

44) REQ. FIN 49/2015	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Data do Requerimento: 23/07/2015	
<p>Considerando que o Serviço Funerário do Município de São Paulo continua sendo alvo de críticas devido ao péssimo serviço que presta à população;</p> <p>Considerando que há mais de um ano a Superintendente esteve presente na audiência pública desta Comissão de Finanças e Orçamento e assegurou a implantação, em poucos meses, de várias medidas para aprimorar o atendimento de forma geral;</p> <p>Considerando que absolutamente nada foi feito e a população continua à mercê de um serviço ineficiente, apesar de ter de pagar caro;</p> <p>Considerando que este é um serviço prioritário e que precisa ser melhorado urgentemente, Requeiro, nos termos regimentais, ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que seja oficiada a Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo, Ilma. Sra, Lucia Salles França Pinto, para que envie a esta Comissão as seguintes informações:</p> <p>1) Que medidas estão sendo tomadas pelo SFMSP para reduzir o tempo de espera para remoção e transporte de corpos, visto que temos recebido constantes reclamações de munícipes indignados com a péssima qualidade do Serviço Funerário?</p> <p>2) Em documento enviado a este Gabinete datado do dia 08 de maio de 2015, o SFMSP informa que dispõe de “22 veículos em sua frota própria, 45 veículos locados para os segmentos de remoções, enterros e viagens e seis veículos locados para o segmento de recolhimento de corpos para o SVO”.</p> <p>Essa frota é suficiente?</p> <p>Se sim, por que o atendimento aos munícipes continua tão demorado?</p> <p>Se não, quantos veículos são necessários e que gestão está sendo feita para se chegar a esse número ideal?</p> <p>3) No dia 7 de maio de 2014, em audiência pública na Comissão de Finanças e Orçamento, a Superintendente assegurou que a remoção de corpos passaria a ser feita em duas horas, devido ao recebimento de 6 novos rabecões equipados e com GPS.</p> <p>Por que a demora continua sendo de 8 a 9 horas conforme relatos pessoais que este Gabinete têm recebido com frequência (anexo segue a última manifestação que recebemos).</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Quantos veículos estão equipados com GPS e quais as placas?

4) A Superintendente assegurou que em junho de 2014, o SFM disponibilizaria aos usuários um código que forneceria informações em tempo real sobre o ponto em que se encontraria o rabeção.

Esse serviço está em funcionamento?

Se sim, como está sendo a divulgação aos munícipes, já que não há relatos de conhecimento de tais dispositivos?

Se não, por que ainda não foi implantado, como havia sido assegurado aos vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento?

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

45) REQ. FIN 50/2015	Ver. PAULO FIORILO (PT)
Data do Requerimento: 04/08/2015	

REQUEIRO, a douta Comissão de Finanças e Orçamento, na pessoa de seu Presidente José Police Neto, que nos termos regimentais, seja instaurada uma Subcomissão, acerca de estudos sobre os impactos econômicos dos moradores em situação de rua, composta por três membros, com o prazo de 90 dias, prorrogáveis pelo mesmo período.

Tal medida se faz necessária para que, diante da quantidade de moradores em situação de rua, cujo apontamento no Plano Plurianual 2014-2017 chegou a 14.400 pessoas, sejam realizados estudos a fim de apresentar subsídios para elaboração de políticas públicas nessa área.

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 17ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 05/08/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

46) REQ. FIN 51/2015	Ver. PAULO FIORILO (PT)			
Data do Requerimento: 04/08/2015				
<p>CONSIDERANDO a necessidade da reciclagem dos componentes de veículos automotores no município de São Paulo, através de um processo sustentável e legalizado.</p> <p>CONSIDERANDO a necessidade de acabar com o processo de venda ilegal de peças automotivas.</p> <p>CONSIDERANDO a necessidade de tratar corretamente os resíduos automotivos de alto impacto na degradação ambiental.</p> <p>REQUEREMOS a presença de representante da secretaria municipal de coordenação das Subprefeituras, do gerente de frota da CET, Sr. Paulo Francisco e dos representantes da empresa Renova Ecopeças, Sr. Ralf Bottcher e Fábio Frasson Giutsi.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.